



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 16

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

DESTINADAS A APRÉCIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22, 23, 24, 29, 30 e 31 de março, 12, 13, 14, 26, 27 e 28 de abril, 3 e 4 de maio do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 2 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SESSÕES CONJUNTAS

Dia 22 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.184-D-65 na Câmara e nº 229-65 no Senado, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados e dá outras providências.

Dia 23 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.513-65 na Câmara e nº 142165 no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-A-65 na Câmara e nº 27-63 no Senado, que regula o pagamento referente à cota de que trata o art. 20 da Constituição Federal e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 413-E-63 na Câmara e nº 307-64 no Senado, que concede isenção do simposos de importação e consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-D-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimos e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.162-C-65 na Câmara e nº 209-65 no Senado, que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962 e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária, por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Dia 24 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Dia 29 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.208-65 na Câmara e nº 263-65 no Senado, que cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.022-B-65 na Câmara e nº 272-65 no Senado, que altera a redação do art. 46 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações); — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.035-65 na Câmara e nº 292-65 no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, Estado do Pará; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.781-D-64 na Câmara e nº 191-64 no Senado, que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

Dia 30 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a reforma do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências.

Dia 31 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.204-B-61 na Câmara e nº 127-65 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-65 (C.N.), que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.276-D-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.723, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada.

Dias 12 e 13 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistrado Superior.

Dia 14 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.346-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autoriza a União a constituir uma sociedade por ações denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA" e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A. — SOTELCA".

Dias 26 e 27 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-E-63 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o "Plano Nacional de Viação" estabelecido na Lei nº 4.892, de 29.12.64.

Dia 28 de abril: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.5000.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coarati Nunes"; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira.

Dia 3 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprove o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967, 1968 e dá outras providências.

Dia 4 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.648-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado, que proíbe o emprego da palavra "couro" em produtos industrializados e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 252-C-64 na Câmara e nº 11-64 no Senado, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 230-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966.

SENADO FEDERAL

ATA DA 2ª SESSÃO, EM 3 DE MARÇO DE 1966

4ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Gatete Pinheiro
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Manoel Vilaga
Ruy Carneiro
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Emílio de Moraes
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Jesaphat Marinho
Elrico Rezende
Afonso Arinos
Aurélio Vianha
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Ilino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Flinto Müller
Bezerra Neto
Apolpho Franco
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS

Nº 203, de 28 de fevereiro — Comunica haver aquela Corte ordenado a anotação do ato correspondente ao Decreto Legislativo nº 102-65.

Telegrama, de 10 de fevereiro do ano em curso, do Governador do Estado de Sergipe — Agradece as considerações do Senado por motivo do falecimento do Deputado Francisco Macedo.

COMUNICAÇÕES DE POSSE

— do Governador do Estado do Paraná (ofício nº 59-66, de 3-2-66);
— do Governador do Estado de Goiás (telegrama nº 935, de 14-2-66);
— do Vice-Governador do Estado do Pará (telegrama nº 7.327, de 7-2-1966).

OFÍCIO DO MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nº 2-P-MC, de 1º do mês em curso, encaminhando cópia do acórdão e votos proferidos no julgamento, de 10 de novembro de 1965, que declarou inconstitucional as Leis nºs. 2.361, 2.363, 2.364, 2.366, de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

PARECER

Parecer nº 108, de 1966

Sobre o Requerimento nº 665, de 1963, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral com vistas à sua industrialização.

A Comissão Especial criada para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização, funcionou no período de 3 de outubro de 1963 até o dia 22 de abril último, examinando, em colaboração com autoridades e responsáveis por setores minerais, todos os aspectos merecedores de consideração no estabelecimento de uma diretriz visando a aproveitar industrialmente as nossas riquezas do subsolo.

Instalada naquela data, a Comissão realizou seis reuniões, tendo oportunidade de ouvir as seguintes personalidades que, convidadas, aqui compareceram e emprestaram valiosos subsídios para a colocação do problema em termos realistas: Sr. Augusto de Azevedo Antunes, diretor da ICOMI; Dr. Isnark Carvalho do Amaral, diretor-geral do Departamento de Produção Mineral; deputado Janary Nunes; e Dr. Fernando Melo Viana.

Do depoimento do Sr. Augusto de Azevedo Antunes, consta que a ICOMI iniciou os trabalhos para a exploração do manganês do Amapá em fins de 1947 ou princípios de 1948; depois de concorrência realizada pelo Governo do Território. Em 1949, por falta de recursos financeiros dentro do país, a ICOMI associou-se à Bethlehem Steel Corporation, que absorveu 49% do acódo. Em fins de 1953, a nova empresa, já com a nova constituição, conseguia um empréstimo de 67 milhões de dólares no Banco Internacional de Desenvolvimento Econômico, dispensando a garantia do Governo brasileiro e em janeiro de 1957 começou o embarque de minério pelo Porto Santana.

Hoje, ou melhor à época do depoimento, o minério embarcado em Macapá para os Estados Unidos pagam o frete de 2,5 dólares e até menos, isto é, de Macapá a Filadélfia ou Baltimore. O minério não é exportado para o território nacional, porque esse mercado é suprido pelos depósitos de Minas Gerais e navios brasileiros não são utilizados porque não têm instalações próprias.

As reservas do minério, cálculos de 31 de dezembro de 1932, eram da ordem mensal de 500 a 800 mil toneladas, sendo que os preços têm baixado, devido a entrada da Rússia, no mercado mundial. De maneira que hoje o preço do minério está de 25 a 30 dólares por toneladas.

Quanto à industrialização do minério, alegou o convidado a ausência de energia elétrica na região e que a cláusula contratual que obrigava a empresa a investir 20% dos seus lucros na Usina do Paredão foi modificada por acordos posteriores com o Governo do Território. Isto ainda em consequência das dificuldades provenientes da entrada da Rússia no mercado de manganês. Anunciou, todavia, que no presente ano a ICOMI subscreverá um bilhão de cruzeiros em ações da Usina.

Espera a empresa contar em breve com novas reservas de minérios. Desde que, com a utilização do magnetômetro a pesquisa se torna mais fácil. Atualmente, conta com uma área limitada de 2.500 hectares. Noutras áreas, afirma, existe minério de ferro.

Quanto à queda dos preços de exportação dos nossos minérios, disse

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 133

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 83,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

que isso se deve ao aumento mundial da oferta, bem como aos aperfeiçoamentos da técnica que naturalmente reduzem a procura, de maneira que a queda dos preços foi coisa inevitável. Preconizou o investimento maciço na exploração de minério, a exemplo do que fez a ICOMI. afirmou que o Porto de Macapá custou 15 milhões de dólares.

Acentuou ainda que a participação de estrangeiros na ICOMI é diminuta e que os norte-americanos que lá estão não tem procurado prejudicar os interesses nacionais. A Empresa mantém cerca de 1.500 trabalhadores, oferecendo a assistência social mais desejável.

Os esclarecimentos que a Comissão trouxe o sr. Isnark Carvalho do Amaral revelaram que o Ministério de Minas e Energia está desaparelhado para cumprir as suas finalidades, a começar pela dotação orçamentária com que contava na época 61.000.000 de cruzeiros global. Referindo-se ao Código de Minas, salientou que a prescrição de que cada minerador só pode obter cinco permissões para pesquisa é desaconselhável, porque desestimula e cria sérios embarços inclusive à fiscalização. Além disso, teceu críticas a SUDENE, por autorizações concedidas indevidamente por esse órgão para a pesquisa.

Referiu-se também aos dispositivos fiscais estabelecidos para o controle da exportação de minério, salientando o fato de que empresas exportadoras que também são consumidoras, no estrangeiro, provocam a baixa considerável do preço dos minérios brasileiros, com relação aos preços internacionais, citando o exemplo da United States Steel, importadora de minério brasileiro através da Companhia Brasileira de Mineração. afirmou que até o fim do ano de 1963 o Brasil deixaria de importar a cassiterita, e que o Rio Grande do Sul tem jazidas de cobre da ordem de 300 mil toneladas e que essas reservas vão ser aumentadas para um milhão.

Citou ainda a das Caraíbas, na Bahia, da ordem de 10 milhões de toneladas e pertencente ao grupo Pignatari. Informou que as necessidades do Brasil quanto ao cobre estão hoje em redor de 35 mil toneladas, devendo, em 1970 atingir as 50 mil. Disse que o Departamento de Produção Mineral tem um grande programa para o cobre de Rondonia, dependendo apenas de fotografias aéreas da região, sua interpretação, e trabalho de chão.

Dos esclarecimentos prestados pelo deputado Janary Nunes, deve-se destacar que aquele parlamentar, então governador do Território do Amapá, abriu concorrência para a exploração do manganês lá existente fazendo constar dos seus termos a construção da ferrovia e que a mesma fosse destinada ao tráfego público, que 30% das instalações de energia da empresa fossem destinadas ao uso público, que 20% dos lucros fossem reinvestidos na região, além do pagamento de "royalties". Ganhou a concorrência o único grupo nacional, a ICOMI, e o contrato foi firmado em 1947, sendo que até 1950 a ICOMI empregou 10.000.000,00 em pesquisas. Posteriormente, a empresa necessitada de maior capital, e já com o aval do Governo concedido, resolveu associar-se à Bethlehem Steel, a fim de fazer mercado seguro para o produto. Então, o governador, em contrato com a ICOMI a fim de que a companhia estrangeira pudesse ter mais de 49% das ações, a presença de Bethlehem Steel foi exigência do Work Bank e a companhia, para que, com o mercado seguro, a ICOMI estivesse em condições de pagar o empréstimo. Daí em diante, os trabalhos melhoraram muito, com a construção do Porto da ferrovia e a introdução de novos e muito modernos sistemas de trabalho. A participação de pessoal estrangeiro é de 0,1%. A ICOMI tinha autorização para exportar até 500.000 toneladas, pagando 5% de royalty;

passando daí, pagaria 10% pelo excedente. Isto ocorreu até julho de 1962. O conjunto residencial montado pela IGOMI se aproxima dos 20%, agora as obras de caráter social. A média de exportação anual é de 28 milhões de dólares. Sugere que se inicie uma campanha intensiva de pesquisas para descobrimento de novas jazidas e melhor conhecimento das já exploradas e a adoção de uma fórmula pela qual o aproveitamento do minério deite benefícios essenciais à região. Outra sugestão é revisar a Lei do Imposto Único, para tirar uma parte para financiamento de pesquisas. Sugere ainda a formação de uma empresa estatal para se encarregar dos minérios e que o Senado envie uma comissão à Índia e ao Gabão, para discutir o problema do minério e fazer um acordo a longo prazo.

Fernando Melo Viana

Nas artes e na indústria, o consumo anual do ouro é de 12 a 15 mil quilos, o que representa cerca de 15 a 20 milhões de dólares. A nossa produção média é de 4.000 quilos por ano e cerca de 10.000 quilos entram no Brasil por contrabando. A Mineração Morro Velho Ltda. é sucessora da Hanna só na exploração da Mina. O capital é de um bilhão e 100 milhões de cruzeiros, sendo que 20%, ou um quarto, pertence à Navalimense, em ações preferenciais, sem direito a voto. O restante das ações são ordinárias ao portador. No ritmo atual de produção, as reservas dão para 17 anos. Conseguiu financiamento nos Estados Unidos e espera em fins do corrente ano ter aumentado a produção em 50%. A mina é responsável por 95% da produção nacional. A estabilidade do preço internacional do ouro concorre para a paralização dos trabalhos de mineração. O amparo à indústria do ouro poderia ser feito através de uma legislação semelhante, ou idêntica à dos mais países produtores de ouro. O governo poderia subservir a indústria aurífera, como ocorre no Canadá. A companhia congrega 40.000 pessoas e por isso inaugurou novas linhas para dar trabalhos a todos. Houve melhoria de rendimento na recuperação do minério da ordem de 5%. Passou de 87 a 93%.

Conclusões

As informações colhidas pela Comissão Especial durante o desenrolar dos seus trabalhos levam a uma visão ampla da situação da atividade mineradora entre nós.

O que ressalta em primeiro lugar são as profundas ligações entre essas atividades dentro do país com interesses internacionais.

Como exemplo, citemos a companhia que explora o manganês do Amapá, que não encontrou outra solução para exercer a sua indústria, senão na dependência do estrangeiro. A participação de grupos internacionais com 48% em qualquer empresa, na verdade não garante essa empresa contra o controle do grupo.

Falta a lição da experiência.

Ainda mais no caso do manganês do Amapá, sendo um brasileiro o principal diretor do empreendimento e, segundo declarou à Comissão, o maior interessado em dar ao país um ritmo razoável de desenvolvimento, só temos de lamentar que esse mesmo estrangeiro não tenha cumprido a obrigação de investir no território nacional, na indústria, 20% dos lucros, da exploração do minério. E mais lamentável é que a empresa, com 48% de capital estrangeiro, tenha conseguido posteriormente, a anulação da cláusula nacionalista no contrato feito com o Governo local.

Mais nós sabemos que o ferro manganês, além de criar mão-de-obra especializada dentro do país, também oferece uma indústria permanente e de grande importância para o local

e para o país, além de render cerca de quatro vezes mais o valor do manganês bruto exportado.

O preço atual, de 25 dólares por tonelada, é muito baixo, especialmente tendo em vista a pequena distância entre o Amapá e os Estados Unidos. Acresce ainda que esse local tem também minas de ferro, o que constitui condição ideal para a implantação da indústria do ferro-manganês.

No que tava à mineração do ouro, temos de observar, antes de mais nada, que o Brasil até agora só cuidou do assunto em pequena escala, ocupando-se dos depósitos aluvionais.

Se existe ouro no leito dos rios, nas grapiúrias, certo é que ele veio de algum lugar, mas até hoje nada foi feito para determinar onde estão esses veios e essas camadas auríferas, só existindo em trabalho apenas dois veios das minas de Morro Velho e Passagem. Os métodos antigos, tanto de mineração quanto de recuperação do ouro, usados em Morro Velho e Passagem, dão custos muito elevados.

O país não dispõe de grande número de engenheiros de minas, de engenheiros metalúrgicos, sendo necessário duplicar esses setores educacionais.

Todos nós sabemos que depois da agricultura e a mineração o setor mais importante da riqueza do país. Precisamos pelo menos mais duas escolas de minas e metalurgia, que poderão contribuir com as seis escolas de geologia existentes, para um novo surto de desenvolvimento da produção mineral do Brasil, já que o país é conhecido no exterior como possuidor de vastas reservas minerais.

Seria interessante estudarmos o que está deixando de lucro líquido a exportação do minério de ferro, pois se considerarmos o custo das instalações de extração do minério, das vias férreas construídas, a manutenção de todo o equipamento e o baixo preço do minério vendido, é duvidoso o resultado positivo na exploração das nossas reservas ferríferas.

Um país que exporta matérias-primas está sempre sujeito a ter o seu preço sacrificado e receber muito pouco pelo produto de suas exportações.

O baixo preço dos minérios foi salientado pelo Dr. Isnark Carvalho do Amaral, então diretor do D.N.P.M. quando, em depoimento perante a Comissão Especial, se referiu à ligação da United States Steel Co., que importa minérios por intermédio da Cia. Brasileira de Mineração.

Ao terminar, desejo deixar bem patente que nós, brasileiros, devemos ter sempre em vista que ninguém nos dá nada e o pouco que é distribuído, com mimosa propaganda, não representa senão uma pequena fração do que daqui se retira pelos meios mais variados e muitas vezes prejudiciais ao país.

Concluindo, apresentamos as seguintes recomendações, que devem ser a base de toda a política governamental sobre o aproveitamento de nossas riquezas minerais e a diretriz da iniciativa privada que trabalha nesse setor, com espírito de patriotismo e responsabilidade:

1 — Industrialização da matéria prima existente;

2 — Redução do mínimo da exportação dos minérios não industrializados;

3 — Desenvolvimento, em todo o país, de uma campanha visando incrementar o estudo da Mineralogia, com cursos rápidos, de poucos meses, para o conhecimento dos modernos métodos de análise e pesquisa mineralógicas.

4 — Propagar em todo o Brasil a concepção de que o desenvolvimento

de uma Nação depende do aproveitamento de suas riquezas minerais:

5 — Conclamar todos os brasileiros a levantarem com todo o vigor, a necessidade do conhecimento das nossas riquezas naturais, no menor espaço de tempo possível.

6 — Financiamento adequado, por parte do Governo, para o desenvolvimento das nossas riquezas minerais.

7 — Criação de mais duas escolas de minas, uma no Nordeste e uma no Sul, devidamente equipadas, e reforma total da atual escola de minas de Ouro Preto, para dar-lhe condições de executar um programa equivalente ao dos países civilizados do Mundo.

8 — Criação de um "Bureau de Minas", devidamente equipado, para atender às necessidades do país;

9 — Reorganização dos Serviços de Geologia do Brasil, a fim de que possamos atender com eficiência os trabalhos mais urgentes a serem executados no campo, nos laboratórios e nos escritórios, dando assim ao país um início de organização eficiente e realmente uma das mais destacadas do país. — José Ermirio de Moraes. — Bezerra Neto. — Lopes da Costa. — Eugênio Barros. — Mello Braga. — Os Feliciano.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está finda a leitura do expediente (Pausa).

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

Do Sr. Senador Bezerra Neto:

Nº 70, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social;

Do Sr. Senador Aarão Steinbruch:

Nº 71, ao Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil;

Do Sr. Senador Vasconcellos Torres:

Nº 73, ao Ministro da Saúde;

Nº 74, ao Ministro da Agricultura;

Nº 75, ao Ministro da Agricultura;

Nº 76, ao Ministro da Viação e Obras Públicas;

Nº 77, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 79, de 1966

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Exmo. Senhor Presidente da República na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 28 de fevereiro último.

Sala das Sessões, 2 de março de 1966. — **Altílio Fontana.**

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão. (Pausa).

Vão ser lidos dois requerimentos de informações.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 80, de 1966

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda as seguintes informações:

1) Em que fundamento legal se apoia a determinação do Banco do Brasil, no sentido de não permitir a inscrição da mulher nos concursos públicos daquele estabelecimento de crédito oficial?

2) Até quando pensa o Banco manter esse critério discriminatório que contraria frontalmente o preceito

constitucional e o princípio geral adotado na administração pública do País?

Sala das Sessões, 3 de março de 1966. — **Gilberto Marinho.**

Requerimento nº 81, de 1966

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, seja o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, solicitado a prestar as seguintes informações:

1) Quais as providências tomadas para apurar as irregularidades ocorridas na sede do Terceiro Distrito do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (Belém), comprovadas pelo Departamento de Investigações e Capturas da Secretaria de Segurança Pública do Pará, que motivaram a prisão preventiva do engenheiro Moacir Lobato de Almeida, chefe do referido Distrito, e dos implicados na malversação das verbas destinadas ao Estado do Pará, General Frederico Aires Pimentel, Mario Lopes da Lima e Antônio Carlos Castelo Branco, os três últimos residentes no Rio de Janeiro, e que afirmaram agir com a cobertura de elementos influentes na Diretoria Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis?

2) Qual o total das verbas desviadas e desde quando os atos criminosos, agora denunciados pelo próprio engenheiro representante do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, vinham sendo praticados?

3) Existe qualquer relação funcional com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, dos acusados General Frederico Aires Pimentel, Mario Lopes da Lima e Antonio Carlos Castelo Branco, todos com prisão preventiva decretada pelo Juiz da Nova Vara Criminal de Belém?

Justificação

O Terceiro Distrito do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis é um órgão cujas atividades, nos últimos tempos, vêm sendo realmente inexpressivas, sempre sob a alegação de falta de recursos.

A atual direção geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis tem sido praticamente inoperante no que diz respeito ao Estado do Pará, colocando a maior parte das verbas orçamentárias específicas nos chamados "planos de economia", para manter as dotações globais.

Os resultados são os fatos agora narrados e apurados, de forma incontestável, pela Secretaria de Segurança Pública do Pará.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1966. — **Caletê Pinheiro.**

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos não dependem de apuramento, nem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência. (Pausa).

Vai ser lida comunicação do Senhor Líder da Aliança Renovadora Nacional.

E' lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 3 de março de 1966

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, de acordo com o disposto no art. 73 § 1º, do Regimento Interno, a lista dos Senhores Senadores que deverão representar a Aliança Renovadora Nacional nas Comissões Permanentes. Atenciosas saudações. — **Flinto Müller.**

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigfredo Pacheco

Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Adolpho Franco
José Leite
Domicio Gondim
Manoel Villaga
Lopes da Costa

SUPLENTE

Atilio Fontana
José Guimard
Eugênio de Barros
Menezes Pimentel
Antonio Carlos
Daniel Krieger
Julio Leite
Gay da Fonseca
Melo Braga
Filinto Müller

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antonio Carlos
José Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Guimard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Jefferson de Aguiar
Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Eurico Rezende
Milton Campos
Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Daniel Krieger
Menezes Pimentel
Benedicto Valladares
Melo Braga
Vasconcelos Torres

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacarias Assunção
Atilio Fontana
Eugênio Barros

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lopes da Costa
Heribaldo Vieira
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

COMISSÃO DE ECONOMIA

TITULARES

Atilio Fontana
Julio Leite
José Feliciano
Adolpho Franco
Melo Braga
Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
José Leite
Sigefredo Pacheco
Zacarias Assunção
Dix-Huit Rosado
Gay da Fonseca

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves

Antonio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES

Menezes Pimentel
Padre Calazans
Gay da Fonseca
Arnon de Melo
José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Afonso Arinos
Melo Braga
Sigefredo Pacheco
Antonio Carlos

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

José Feliciano
Atilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Adolpho Franco

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

TITULARES

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Julio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antonio Carlos
Domicio Gondim

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

TITULARES

Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Melo Braga
Arnon de Melo
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antonio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

COMISSÃO DE AGRICULTURA

TITULARES

Eugênio de Barros
José Feliciano
Lopes da Costa
Antonio Carlos

SUPLENTE

Vivaldo Lima
Atilio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

TITULARES

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira
Lopes da Costa
Melo Braga

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Zacarias d'Assunção
Benedicto Valladares

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

TITULARES

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Melo Braga

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

TITULARES

José Guimard
Victorino Freire
Zacarias d'Assunção
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Atilio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Antonio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

COMISSÃO DE SAÚDE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Julio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

TITULARES

José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio de Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

TITULARES

José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias d'Assunção
Lobão da Silveira

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Solicito que o Sr. Líder da Minoria também encaminhe à Mesa a indicação dos nomes dos representantes do Movimento Democrático Brasileiro que deverão integrar as Comissões permanentes da Casa. Só então poderão reunir-se as Comissões e iniciar os trabalhos da presente Sessão Legislativa.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a honra o nobre Senador Vasconcelos Torres, que deseja encaminhar documentos à Mesa.

(Sem repêto do orador) — Sr. Presidente, quando se debateu no plenário do Congresso a nova legislação açucareira, apartando o Depu-

tado João Cleofas, fiz graves acusações à Companhia de Usinas Nacionais. E' que, estando aviltado o preço do açúcar, essa empresa estatal adquiriu o produto por um preço bem abaixo do fixado pelo próprio Instituto do Açúcar e do Alcool e não o diminuiu para entrega ao consumidor. Estava eu fundamentado em informações. Posteriormente, o Diretor-Presidente daquela empresa, Dr. Floriano Moura, enviou-me uma carta se defendendo das graves acusações que eu lhe formulara, bem como fotocópias com que pretende provar a aquisição do açúcar no mercado de São Paulo, ao preço da tabela, sem o prejuízo que apontava, naquela ocasião.

Por uma elementar questão de ética, entendo de assegurar àquele que foi acusado e que não tem a tribuna para se defender, o direito de contestar minhas afirmações. E' o que faço, neste instante, encaminhando a V. Exa., para que constem do meu discurso, a carta e as fotocópias a que aludi.

Assim, cumprio indeclinável dever de decore, de ética, mas me reservo o direito de reunir novos elementos para voltar ao assunto. Neste instante, todavia, não tenho outra intenção senão, a bem da verdade e do bom procedimento parlamentar, dar ciência à Casa de que fui contrariado nas minhas assertivas e que o documento a mim enviado pelo Dr. Floriano Moura, no meu modo de entender deve figurar nos anais, com odefesa prévia que S. Sa. faz das graves acusações que lhe foram feitas.

Nesta oportunidade, envio à Mesa a carta e documentos, aguardando poder voltar ao assunto, já que a defesa está feita, com mais elementos para demonstrar que, pelo menos no meu Estado, houve aquisição de açúcar por preço muito abaixo da tabela fixada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENHOR SENADOR VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1966.

Exmo. Sr. Senador Vasconcelos Torres — Senado Federal — Brasília — (DF).

Senhor Senador:

Acuso o recebimento de seu telegrama no qual trata V. Exa. de assunto relativo à carta que tive a honra de enviar-lhe em janeiro último, a despeito de um pronunciamento de V. Exa. relativo a lucros fabulosos que estaria obtendo esta Empresa.

Propõe V. Exa. que provada a injustiça, V. Exa. por uma questão de ética, ocupará a Tribuna do Senado para devida retificação. O telegrama e, sobretudo, a afirmativa que ele contém muito honram e dignificam V. Exa. e demonstram mesmo que V. Exa. cultiva a franqueza como bem assinalou no aparte concedido ao ilustre Deputado João Cleofas e que motivou o envio da carta explicativa.

Com relação às provas aludidas em seu telegrama, penso, seria suficiente dizer-lhe que o açúcar cristal utilizado pela Companhia Usinas Nacionais como matéria prima no período de março, isto é, após a publicação da Portaria Super 271 até dezembro do ano próximo passado, tem o preço médio de Cr\$ 10.550, conforme foi dado ciência ao Instituto do Açúcar e do Alcool (5 e 12 de janeiro).

E' bem verdade que a Companhia, aquisição de 61.990 sacos ao preço unitário de Cr\$ 7.000. E foram

Atenciosas Saudações. — Companhia Usinas Nacionais — Floriano Moura Mendes, Diretor-Presidente.

RECEIÇÃO

RECEIÇÃO DE VENDA E CARGAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PASTAGENS

PR. 001/1953 - C.A. - Estado de São Paulo - 1953

Pradópolis 12 de Abril de 1953

Venc. 15/04/53

INSCRIÇÃO Nº 296

CÓPIADOR Nº 9

Crs. 15/04/53

O/º Afonso de S. Dias, Unitero Nacional, estabelecido em Pradópolis - Fazenda São Martinho - a importância de sua compra de produtos constantes da Fatura original do mesmo número e data, registrada como act.no:

pagável a CIA. AGRÍCOLA FAZENDA SÃO MARTINHO, ou a sua ordem na praça de São Paulo

Valor 33198 50

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL
Alfafa 1	2.000	3.970.000	
Alfafa 2	2.000	3.970.000	
Alfafa 3	2.000	3.970.000	
Alfafa 4	2.000	3.970.000	
Alfafa 5	2.000	3.970.000	
Alfafa 6	2.000	3.970.000	
Alfafa 7	2.000	3.970.000	
Alfafa 8	2.000	3.970.000	
Alfafa 9	2.000	3.970.000	
Alfafa 10	2.000	3.970.000	
Alfafa 11	2.000	3.970.000	
Alfafa 12	2.000	3.970.000	
Alfafa 13	2.000	3.970.000	
Alfafa 14	2.000	3.970.000	
Alfafa 15	2.000	3.970.000	
Alfafa 16	2.000	3.970.000	
Alfafa 17	2.000	3.970.000	
Alfafa 18	2.000	3.970.000	
Alfafa 19	2.000	3.970.000	
Alfafa 20	2.000	3.970.000	
Alfafa 21	2.000	3.970.000	
Alfafa 22	2.000	3.970.000	
Alfafa 23	2.000	3.970.000	
Alfafa 24	2.000	3.970.000	
Alfafa 25	2.000	3.970.000	
Alfafa 26	2.000	3.970.000	
Alfafa 27	2.000	3.970.000	
Alfafa 28	2.000	3.970.000	
Alfafa 29	2.000	3.970.000	
Alfafa 30	2.000	3.970.000	
Alfafa 31	2.000	3.970.000	
Alfafa 32	2.000	3.970.000	
Alfafa 33	2.000	3.970.000	
Alfafa 34	2.000	3.970.000	
Alfafa 35	2.000	3.970.000	
Alfafa 36	2.000	3.970.000	
Alfafa 37	2.000	3.970.000	
Alfafa 38	2.000	3.970.000	
Alfafa 39	2.000	3.970.000	
Alfafa 40	2.000	3.970.000	
Alfafa 41	2.000	3.970.000	
Alfafa 42	2.000	3.970.000	
Alfafa 43	2.000	3.970.000	
Alfafa 44	2.000	3.970.000	
Alfafa 45	2.000	3.970.000	
Alfafa 46	2.000	3.970.000	
Alfafa 47	2.000	3.970.000	
Alfafa 48	2.000	3.970.000	
Alfafa 49	2.000	3.970.000	
Alfafa 50	2.000	3.970.000	
Alfafa 51	2.000	3.970.000	
Alfafa 52	2.000	3.970.000	
Alfafa 53	2.000	3.970.000	
Alfafa 54	2.000	3.970.000	
Alfafa 55	2.000	3.970.000	
Alfafa 56	2.000	3.970.000	
Alfafa 57	2.000	3.970.000	
Alfafa 58	2.000	3.970.000	
Alfafa 59	2.000	3.970.000	
Alfafa 60	2.000	3.970.000	
Alfafa 61	2.000	3.970.000	
Alfafa 62	2.000	3.970.000	
Alfafa 63	2.000	3.970.000	
Alfafa 64	2.000	3.970.000	
Alfafa 65	2.000	3.970.000	
Alfafa 66	2.000	3.970.000	
Alfafa 67	2.000	3.970.000	
Alfafa 68	2.000	3.970.000	
Alfafa 69	2.000	3.970.000	
Alfafa 70	2.000	3.970.000	
Alfafa 71	2.000	3.970.000	
Alfafa 72	2.000	3.970.000	
Alfafa 73	2.000	3.970.000	
Alfafa 74	2.000	3.970.000	
Alfafa 75	2.000	3.970.000	
Alfafa 76	2.000	3.970.000	
Alfafa 77	2.000	3.970.000	
Alfafa 78	2.000	3.970.000	
Alfafa 79	2.000	3.970.000	
Alfafa 80	2.000	3.970.000	
Alfafa 81	2.000	3.970.000	
Alfafa 82	2.000	3.970.000	
Alfafa 83	2.000	3.970.000	

No caso de laudo médico negativo aos propósitos dos nubentes, a atual lei permite seja requerido um novo exame, que o juiz determinará, caso reconheça procedentes as alegações. Entendemos que a deliberação não deva, no caso de novo exame, ficar ao alveldo do juiz, que segundo o parágrafo quinto do artigo segundo da Lei nº 3.200, deferirá se achar procedentes as alegações. Entendemos, com este projeto, que o juiz deverá sempre determinar uma nova perícia.

se os recorrentes juntarem ao seu pedido de reexame um atestado de outro médico.

Pela lei atual os honorários médicos, dos peritos, nestes casos, não podem passar de cem cruzeiros. Isto não é mais possível. Eleva a propozição o teto para vinte mil cruzeiros.

Bezerra Neto

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.200, DE 19 DE ABRIL DE 1941

Art. 2º Os colaterais do terceiro grau, que pretendam casar-se, ou seus representantes legais, se forem menores requererão ao juiz competente para a habilitação que nomeie dois médicos de reconhecida capacidade, isentos de suspeição, para examiná-los e atestar-lhes a sanidade, afirmando não haver inconveniente, sob o ponto de vista da saúde de qualquer deles e da prole, na realização do matrimônio.

§ 1º Se os dois médicos divergirem quanto à conveniência do matrimônio, poderão os nubentes, conjuntamente, requerer ao juiz que nomeie terceiro, como desempataador.

§ 2º Sempre que, a critério do juiz, não for possível a nomeação de dois médicos idôneos, poderá ele incumbir do exame um só médico, cujo parecer será conclusivo.

§ 3º O exame médico será feito extrajudicialmente, sem qualquer formalidade, mediante simples apresentação do requerimento despachado pelo juiz.

§ 4º Poderá o exame médico concluir não apenas pela declaração da possibilidade ou da existência inconveniência do casamento, mas ainda pelo reconhecimento de sua viabilidade em época ulterior, uma vez feito, por um dos nubentes ou por ambos, o necessário tratamento de saúde. Nesta última hipótese, provando a realização do tratamento, poderão os interessados pedir ao juiz que determine novo exame médico, na forma do presente artigo.

§ 5º Quando não se conformarem com o laudo médico, poderão os nubentes requerer novo exame, que o juiz determinará, com observância do disposto neste artigo, caso reconheça procedentes as alegações.

§ 6º O atestado, constante de um só ou mais instrumentos, será entregue aos interessados, não podendo qualquer deles divulgar o que se refira ao outro, sob as penas do artigo 153 do Código Penal.

§ 7º Quando o atestado dos dois médicos, havendo ou não desempataador, ou do único médico, no caso do parágrafo 2º deste artigo, afirmar a inexistência de motivo que desaconselhe o matrimônio, poderão os interessados promover o processo de habilitação, apresentando, com o requerimento inicial, a prova de sanidade, devidamente autenticada. Se o atestado declarar a inconveniência do casamento, prevalecerá, em toda a plenitude, o impedimento matrimonial.

§ 8º Sempre que na localidade não se encontrar médico, que possa ser nomeado, o juiz designará profissional de localidade próxima, a que irão os nubentes.

§ 9º Os médicos nomeados terão a remuneração que o juiz fixar, não superior a Cr\$ 100.00 para cada um.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto vai à publicação e ao estudo das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Sobre a mesa comunicação do Senhor Líder da Minoria, a qual vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 3 de março de 1966

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, de acordo com o disposto no art. 73 § 1º, do Regimento Interno, a lista dos Senhores Senadores que deverão representar o Movimento Democrático Brasileiro. Atenciosas saudações. — Aurélio Vianna.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.
Bezerra Neto.
João Abrahão.
Oscar Passos.
Pessoa de Queiroz.

SUPLENTE

1. Edmundo Levi.
2. Josaphat Marinho.
3. José Ermírio.
4. Lino de Matos.
5. Silvestre Péricles.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

TITULARES

Aarão Steinbruch.
Aurélio Vianna.
Oscar Passos.
Pessoa de Queiroz.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo.
2. João Abrahão.
3. Nelson Maculan.
4. Ruy Carneiro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Antônio Balbino.
Arthur Virgílio.
Bezerra Neto.
Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch.
2. Adalberto Sena.
3. Edmundo Levi.
4. Aurélio Vianna.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES

Aarão Steinbruch.
Edmundo Levi.
Ruy Carneiro.

SUPLENTE

Antônio Balbino.
2. Aurélio Vianna.
3. Bezerra Neto.

COMISSÃO DE ECONOMIA

TITULARES

Nelson Maculan.
Pedro Ludovico.
Arthur Virgílio.

SUPLENTE

1. João Abrahão.
2. Josaphat Marinho.
3. José Ermírio.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

TITULARES

Bezerra Neto.
José Ermírio.
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Antônio Balbino.
2. Aurélio Vianna.
3. Ruy Carneiro.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES

Antônio Balbino.
Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Arthur Virgílio.
2. Edmundo Levi.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

José Ermírio.
Nelson Maculan.

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch.
2. Pessoa de Queiroz.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

TITULARES

Aurélio Vianna.
Ruy Carneiro.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Pessoa de Queiroz.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

TITULARES

Adalberto Sena.
Nelson Maculan.

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna.
2. Lino de Matos.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.
José Ermírio.

SUPLENTE

1. Nelson Maculan.
2. Pedro Ludovico.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

TITULARES

Aurélio Vianna.
Silvestre Péricles.

SUPLENTE

1. Oscar Passos.
2. Adalberto Sena.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

TITULARES

Josaphat Marinho.
José Ermírio.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Nelson Maculan.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Bezerra Neto.
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Edmundo Levi.
2. Silvestre Péricles.

COMISSÃO DE SAÚDE

TITULARES

Adalberto Sena.
Pedro Ludovico.

SUPLENTE

1. Oscar Passos.
2. Silvestre Péricles.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

TITULARES

João Abrahão.
Ruy Carneiro.

SUPLENTE

1. Arthur Virgílio.
2. Pedro Ludovico.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

TITULARES

Sigefredo Pacheco.
Oscar Passos.
Silvestre Péricles.

SUPLENTE

1. Manoel Vilaça.
2. Josaphat Marinho.
3. Ruy Carneiro.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

TITULARES

Edmundo Levi.
Oscar Passos.

SUPLENTE

1. Adalberto Sena.
2. Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Com as indicações que acabam de ser lidas, completadas as Comissões Permanentes do Senado da República. Solicito, portanto, que se reúnam para seus trabalhos e iniciar os trabalhos da Sessão Legislativa.

O SR. AFONSO ARINOS:

Sr. Presidente, peço a palavra para ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, eu me via inscrito, em primeiro lugar, na sessão de hoje, a fim de proceder à leitura de discurso previamente elaborado. Ocorre, porém, que, identificado da apresentação de requerimento firmado por numerosos Srs. Senadores no sentido da suspensão da sessão em homenagem à memória do nosso saudoso companheiro e colega de Congresso, Sr. Deputado Gil Veloso, recentemente falecido, venho, Sr. Presidente, em primeiro lugar, solidarizar-me integralmente com esta justíssima homenagem.

Não fui dos que mais privaram diretamente com aquele jovem e já tão prestigioso colega, mas não fui dos que menos admiraram as suas notórias qualidades de parlamentar e os seus atributos de homem público.

Venho, portanto, em meu nome pessoal, certo de que numerosos outros representantes do meu partido já firmaram aquele documento, associar-me, muito sincera e muito sentidamente, às homenagens que, estou certo, serão prestadas por esta Casa à memória do ilustre extinto.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu me permito, nos termos do Regulamento, solicitar a V. Ex.^a que, na impossibilidade de proceder à leitura do meu discurso, o receba na Mesa, a fim de que, nos termos do Regulamento e das praxes parlamentares, seja publicado no *Diário do Congresso* como se tivesse sido lido.

É o que peço, neste momento, encerrando-o às mãos de V. Ex.^a. (Julgo bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — V. Ex.^a será atendido.

Discurso enviado à Mesa pelo Sr. Afonso Arinos, a fim de ser publicado de acordo com o art. 201 do Regulamento Interno.

É o seguinte o discurso do Sr. Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS:

A 27 de outubro do ano passado, no próprio dia da expedição do Ato Institucional nº 2, ocupei a tribuna do Senado proferindo um discurso de análise e de advertência. Analisando resumidamente a trajetória da revolução brasileira, de 1922 aos dias atuais, ressaltai o seu paralelismo, ou seja, o fato de que os aspectos sociais e institucionais do nosso processo revolucionário revezam-se no tempo, mas não se integram nunca em fases de acerto ou compromisso. O resultado é que nem as tendências reformistas se exprimem no Brasil por meio de instituições jurídicas democráticas, senão que adotam formas ditatoriais e processos corruptos, nem as instituições democráticas servem de instrumento às necessárias reformas sociais, mas se apresentam, antes, como empecilho ou entrave à sua execução. Observada desta maneira, que parece acertada a nossa História recente extrai da análise feita a advertência de que, enquanto não se reúnem as duas correntes da revolução brasileira em um só leito, enquanto os anseios de reforma não chegarem a institucionalizar-se democraticamente e as instituições formais da democracia não sirvam de instrumento às reformas necessárias, continuaremos nesta dolorosa marcha de movimentos periódicos, que ora tendem para um reformismo anárquico, ora para a contensão institucional reacionária, sem que o Brasil avance realmente na única estrada que lhe con-

vém, que é a do progresso com estabilidade; da justiça social com liberdade.

Esta fusão é possível e depende só do desaparecimento da radicalização ideológica.

Não há dúvida de que, nos dias atuais, diminuiu consideravelmente a influência das ideologias na formação dos governos. A ideologia política, como sistema coerente e fechado de valores teóricos e doutrinários, servindo de suporte, método e propósito ao governo dos povos tende a desaparecer do cenário histórico contemporâneo. A fase áurea de experimentação ideológica na ação política foi o período que se seguiu à primeira guerra mundial. A revolução comunista, com a sua tremenda força, surgiu, então, como realização de uma escola pretendidamente científica e, embora a primeira geração bolchevista constituísse, na Rússia, sob a liderança de Lenine, um movimento de raízes profundamente nacionais, ofereceu-se aos olhos do mundo como a experiência inaugural, capaz de transformar em realidade universal o desenvolvimento, supostamente inevitável, de uma ideologia abstrata e supra-nacional, filha do materialismo e da História.

Em contraposição ao risco invasor da ideologia de esquerda, surgiu o fascismo, como ideologia da direita. Sem ter atingido, nunca, ao rigorismo científico nem à sistematização global do marxismo, é contudo, inegável, que o fascismo pretendeu, e até certo ponto conseguiu, erigir-se em sistema coerente de ideias. Os mitos da raça na Alemanha, e do destino nacional, na Itália vieram servir de cimento à união das massas em torno de certos valores ideológicos exclusivistas, expostos por filósofos, sociólogos e juristas.

De qualquer forma, na medida em que se cristalizavam ideologicamente, de maneira rígida e inflexível, o marxismo russo e o fascismo italo-alemão, ambos movimentos nacionais, se internacionalizaram, provocando movimentos e reações em todo o mundo, inclusive no Brasil.

A novidade do acontecimento era chocante e enormes foram as suas consequências. Até então o mundo civilizado conhecera tipos de governo fundados em princípios gerais, dotados de flexibilidade e suscetíveis de acomodações. O Estado Moderno renascentista, por exemplo, confundiu-se com a Monarquia absoluta, delineada por Léon Bodin e Bornet, sobre ideia de soberania nacional, expressa na pessoa do monarca, assegurada a continuidade do sistema através do direito divino dos reis. Mas, dentro do quadro, havia amplas perspectivas de expansão diferenciada dos princípios da Monarquia absoluta, segundo a índole e a formação de cada povo. O mesmo se pode dizer a respeito do Estado democrático, no seu início, assentado sobre o pensamento de Locke, Montesquieu, Rousseau, Jefferson e outros. A maioria governante, as liberdades civis, as garantias individuais, a necessidade de oposição, a temporariedade dos mandatos, princípios cardeais do sistema democrático, foram a partir do século XVIII, construídos e praticados por governos nacionais tão diversos como os emanados do Parlamentarismo inglês, da Independência americana ou da Revolução francesa.

Com a passagem dos governos fundados em princípios para os governos baseados em ideologias, tudo mudou. Em face das ideologias dominantes, que se excluíam pelo impulso mesmo de dominação, advieram resultados negativos. O movimento para a internacionalização ideológica

da qual seguiu-se a divisão inconciliável dos povos sob sua influência. Se dois sistemas de pensamento e de ação se afrontam em todo o mundo ambos intransigentes, tornou-se inevitável que os povos submetidos a essa pressão contraditória se dividissem em correntes antagônicas. Essa divisão levou, também inevitavelmente ao extremismo e condicionou os acontecimentos decisivos ocorridos entre as duas guerras em países tão importantes como a Itália, a Alemanha, a Espanha e a própria França. A mesma divisão extremista se fez sentir em outras regiões do mundo, inclusive no Brasil, onde a revolução democrática de 1930 foi absorvida pela divisão ideológica radical que nos levou ao comunismo, em 1935, ao fascismo, em 1937, e até hoje, à sucessão pendular de movimentos opostos a que já me referi.

A área democrática, a única que conseguiu manter a estabilidade das instituições no mundo em profunda mudança, foi a dos países de língua inglesa, a Suíça e as pequenas Monarquias do Norte da Europa, precisamente aqueles povos que, pela sua formação, tendem a conceber os governos como instituições fundadas na realidade da vida, e não em sistemas ideológicos abstratos.

Sem dúvida a ação das ideologias, principalmente o marxismo, ainda é hoje a frente principal das crises políticas que atormentam o mundo. Dentro, mesmo, do marxismo, no entanto, assistimos ao fato revelador da União Soviética, acusada pela China de traição à pureza doutrinária, tornar-se, até certo ponto, elemento de conciliação com o Ocidente, enquanto a China, fechada no seu purismo ideológico, como numa nova e imensa muralha, constitui o centro da ameaça radical dos nossos dias.

Esta fragmentação do marxismo, em contacto com a realidade da vida, é que vem determinando o chamado policentrismo ideológico comunista, cuja expressão mais importante é o dissídio entre Pequim e Moscou, mas que também se faz sentir na Iugoslávia, na Albânia, nas Repúblicas Populares da Europa e na própria Cuba.

De todo esse amplo movimento histórico a lição que deve ser tirada é o declínio atual e o fim próximo do Estado baseado em ideologias, e, em consequência, a derrota do pensamento teórico revolucionário-pela Sociologia Política com seus métodos realistas, objetivos e empíricos, capazes, no entanto, de reconhecer e resguardar os valores éticos da personalidade humana.

Se acompanharmos a marcha do processo revolucionário brasileiro encontraremos na divisão e na radicalização ideológica a chave da explicação de nossas dificuldades. A presunção de certa escola do nosso pensamento político, que enfatiza os aspectos econômicos da nossa evolução como razão principal das crises que atravessamos, não me parece fundada. Com efeito o Brasil atravessou crises semelhantes, e até mais graves, sem que sofresse a estabilidade das suas instituições.

As crises institucionais se apresentaram somente quando surgiram conflitos e radicalizações ideológicas. Assim foi a República e dentro dela, a instabilidade institucional que a perseguiu, cuja curva coincide muito mais com a da radicalização ideológica do que com a das mutações ou pressões econômicas.

Para nós, brasileiros, é vital o esforço no sentido de se afastar as ideias de Estado e de Governo do domínio da ideologia, porque disso depende a possibilidade de reunirmos,

no mesmo leito, as correntes, até agora separadas, da nossa revolução, ou seja, o lado da ordem formal e o lado da reforma social. Depois da Revolução de 1964, e como consequência normal de agitação ideológica e imatura do Governo então deposto, a situação criada assentou suas bases ideológicas numa posição antagônica ao comunismo. Acontece, porém, que este anti-comunismo tornou-se por sua vez ideológico, isto é, cristalizou-se em um sistema fechado, que, aos poucos, se desliga da realidade social e aprofunda a radicalização interna, tornando inviável uma verdadeira obra de governo.

Desta radicalização se aproveitaram grupos econômicos e forças reacionárias para servir aos seus interesses, muitas vezes conflitantes com os do povo. A este propósito a experiência dos dias atuais me tem sugerido uma observação melancólica. Há cerca de um quarto de século que venho participando dos acontecimentos políticos nacionais. Já deputado, incluí-me entre os que se esforçavam para defender a ordem jurídica estabelecida na Constituição, das tentativas e ameaças que contra ela, vez por outra, levava a efeito Getúlio Vargas, Presidente constitucional. Eu defendia, ardorosamente, como líder da posição na Câmara, a integridade das garantias constitucionais contra as tendências ditatoriais do Governo, tendências estas que procuravam despertar a esperança das massas na reforma social, e dela fazer a base de uma possível volta à ditadura.

O conflito foi se agravando até o triste fim por todos conhecido. Hoje observo, preocupado, que o processo se inverteu. Os mesmos civis e militares que antes defendiam a ordem democrática, contra a força, defendem agora a necessidade de um período de Governo de força, para manutenção da ordem. Mas o grave é que este interregno ditatorial, destinado à defesa da ordem, parece às vezes destinado a conter o impulso da evolução social necessária à paz interna, e, portanto, à estabilidade democrática.

Fico, então, cogitando, que muitos de entre nós que aderimos à revolução de 1964 no empenho de enfrentar a desordem, a radicalização ideológica e a corrupção, estamos servindo de caudatários a algo que não aceitamos, ou seja, a participar da transformação dos instrumentos da ordem em barreira contra o progresso social e econômico exigido pelo bem comum e conducente ao estabelecimento de um Governo democrático no país. Em uma palavra, não pertencemos ao grupo que, antes, defendia a integridade da lei para evitar reformas ditatoriais, mas que, hoje, abela para a ditadura com o objetivo de evitar transformações necessárias, ainda que legais. A responsabilidade embora modesta, do meu passado de ideias e de ação, exige de mim a renúncia clara a esta posição inaceitável.

Não se confunda esta atitude com qualquer forma de radicalismo nem, mesmo, de romantismo político. Ela pretende ser, ao contrário, moderada e realista. Não estou, por exemplo, entre os que acreditam na possibilidade de uma restauração imediata, entre nós, de todos os processos e garantias inerentes à prática da democracia.

O vazio institucional em que vivemos e a predominância de correntes autoritárias na atual correlação de forças indicam que seria arriscada e ilusória a reinstalação imediata de uma situação de normalidade, cuja conquista, para ser duradoura, há de ser gradativa. O que sustento é que os poderes de emergência, concedidos ao Governo pela revolução, não de-

vem nem ser desviados para o fim de uma contensão reacionária da desejada evolução social, nem empregados no propósito de estabilizar o Governo de força, senão que, ao contrário, com o fim de preparar juridicamente o termo da sua duração. Não é isto, no entanto, o que infelizmente vem ocorrendo. Na verdade o ano de 1966 se anuncia como eminentemente político, mas político apenas no sentido de uma luta de poder dentro dos quadros limitados do dispositivo revolucionário, ou, ainda mais estreitamente, no âmbito militar desse dispositivo. Não há dúvida de que a fixação do processo dentro desses limites é possível, mas é também muito provável que, se tal acontecer, o Governo a se instalar no ano próximo depare com uma situação cada vez mais difícil de ser resolvida pacificamente.

A meu ver, a sucessão presidencial, passo invariavelmente penoso do presidencialismo brasileiro, e que, agora, como sempre, absorve todas as atenções nacionais, tem pouca importância se comparada à tarefa que aguarda o futuro Governo na face da reconstrução constitucional. A revolução não se completa com fazer o futuro Presidente; ela só se completará se, através dele, puder encontrar solução adequada ao difícil problema institucional do nosso país.

Com efeito, não é possível que atravessemos ainda um período de Governo no mesmo caos constitucional em que nos encontramos. Não há exemplo, na História do Brasil independente, de nada que a isto se assemelhe.

A maior crise constitucional do Império, a do Ato Adicional de 1834, foi cortada com desrespeito à Carta de 25 de março. Mas se os processos utilizados na elaboração do Ato Adicional foram formalmente ilegais, a verdade é que ele instalou uma situação jurídica estável, manteve e ampliou as liberdades públicas, e, depois de corrigido pela Lei de Interpretação, conferiu à Constituição do Império aquele alto teor que fez dela um dos grandes documentos políticos do século XIX.

A ditadura provisória, instaurada com a proclamação da República, o foi dentro de um quadro jurídico coerente, constante do decreto de proclamação, quadro este que se manteve íntegro e em satisfatório funcionamento até a Constituição de 24 de fevereiro.

O mesmo se pode dizer da moldura jurídica do Governo Provisório saído da revolução de 1930. Embora de longa duração, o seu Direito Público, fundado no decreto que organizou, foi orientado em direção conhecida.

A própria ditadura pessoal de Getúlio Vargas não ofereceu o espetáculo de insegurança jurídica e permanente flutuação que oferece o Direito Público da Revolução de 1964.

O ditador não cumprim o processo de legitimação da Carta de 10 de novembro por ele mesmo outorgada, processo que se manifestaria no plebiscito. Mas embora não legitimado, o sistema funcionou dentro das linhas traçadas naquele documento, o que conferia ao regime, ainda que detestável, o seu âmbito de segurança jurídica.

O que me parece extremamente grave na situação atual é o vazio da insegurança jurídica. Voltaire disse, certa vez, que nunca se vai tão longe como quando não se sabe aonde se vai. Esta é, a meu ver, a situação alarmante do nosso país, em cujo futuro imediato todos os caminhos podem ser trilhados, uma vez que não se encontra traçado nenhum caminho.

Nas crises anteriores de transformação das estruturas jurídicas, como acação de recordar, as elites dirigentes sempre souberam encontrar formas de relativa estabilidade e segurança ju-

ridica para as fases transitórias, ou intermediárias. Não há precedente para a confusão atual na qual observamos esta situação de um país com as grandes tradições políticas e jurídicas do nosso, que oferece ao mundo o singular espetáculo de um Estado civilizado praticamente desprovido de um Direito Público apreciável e coerente.

A segurança de que dispomos provém somente das qualidades de lucidez, patriotismo, equilíbrio e moderação que se reúnem na pessoa do Presidente da República, mas não de um quadro assentado de normas jurídicas, defendido por autoridade judicial e administrativas providas de poderes adequados. Na verdade as normas que constituem a base do nosso atual Direito Público são, confusas, flutuantes, não raro conflitantes e sujeitas a súbitas e não motivadas mutações; enquanto a administração e os Poderes Judiciário e Legislativo se vêem desprovidos de qualquer eficácia, nos assuntos fundamentais, em virtude da legislação revolucionária.

A desordem constitucional foi aumentada, em vez de se ir dissipando, com a marcha da revolução. O Ato Institucional nº 1 parecia ser apenas um interregno de força no quadro da normalidade constitucional, interregno destinado a eliminar os riscos que rondavam a nossa democracia, a fim de que, cessados eles, pudesse a mesma funcionar a contento. O referido Ato não tem número, o que indica que não eram previstos outros da mesma natureza, e fixa o seu termo na data de 31 de janeiro de 1966, quando se empossaria um Governo eleito regularmente, nos termos da parte permanente da Constituição. Dificuldades e obstáculos de toda ordem, inclusive conflitos e ambições na área civil e militar da revolução, tornaram impossível a marcha prevista. Foi necessária a prorrogação do mandato presidencial a fim de que, dentro desta dilatação de prazo, pudesse ser delineado o quadro das nossas instituições, de maneira a que a transferência do poder pudesse se operar normalmente, num país juridicamente organizado. Infelizmente, a revolução fracassou por completo; nesta parte. Ambições desencadeadas no radicalismo civil e estafadas pelo radicalismo militar; a posição ideológica tornando impossível a reabsorção dos vencidos adaptáveis aos ideais revolucionários; hesitações e divergências no seio do Governo; pressões de problemas econômicas e financeiras que exigiam solução pronta; e, acima de tudo, a falta de uma orientação doutrinária firme levaram-nos a este processo imediatista de legislação constitucional que, longe de sistematizar uma construção fez o contrário, ou seja, metódizou, se assim se pode dizer, a destruição do que havia, sem nada de sólido pôr em seu lugar.

De minha parte fiz o que pude, chamando a atenção para o que ia ocorrer, e está ocorrendo. Em discursos e trabalhos escritos, notadamente em longa entrevista concedida ao "Globo" do Rio de Janeiro, e ao "Estado de São Paulo" da capital paulista, bem como em trabalhos remetidos diretamente ao Governo, e por ele solicitados, apresentei o melhor que me foi possível, durante meses sucessivos, os argumentos em favor de um plano de reformulação constitucional que criasse instituições realmente adequadas à nossa realidade histórica, e que propiciasse, ao mesmo tempo, uma solução pacífica à eterna crise brasileira, que é a da transferência do poder.

O mais importante não era o que eu dizia, mas o fato de alguém dizer alguma coisa sobre a evidente necessidade, no meio da desordem jurídica que aumentava, de um planejamento constitucional. Existem pessoas, inclusive inteligentes, mas alheias às evidências da Ciência Política, que consideram o Direito como simples formalismo, e supõem que a vida de um

povo se pode estabilizar na medida em que a conjuntura econômica-financeira seja dominada. Na verdade estas são suposições ineptas, porque, se não se estabelecerem normas de convivência política, civilizadas e estáveis, para a vida dos grupos sociais, a disputa pelo poder, entre facções e interesses, passa a ser uma aventura desmedida e desregrada, e, por isso mesmo, levada a centralizar as principais energias nacionais, a absorver as suas mais relevantes tarefas, e a criar a insegurança total, comprometedora de todos os mais setores de atividades, que hoje domina a Nação brasileira.

Por isto, enfrentando embora o ceticismo de uns e a suspeição de outros, insisto tanto, no decorrer do ano findo, por uma ação coordenada de total reconstrução institucional. Ela se torna cada vez mais crucialmente, mas ofuscantemente indispensável. Isto que por aí anda não é República, mas um regime inominado; isto que por aí se pratica não é Constituição, mas uma amostragem de confusas improvisações. Não procuremos culpados, culpados somos todos nós, que nos dividimos e nos paralisamos reciprocamente, na disputa munda das aparências e despojos de um poder inoperante, em vez de levantarmos os olhos e os corações. Culpados, tanto mais culpados quanto mais seguramente estejamos concientes da inviabilidade do que aí está, e da possibilidade da construção de algo viável.

Nas incertezas do futuro próximo, ainda que a crise sucessória se deslinde, só uma certeza subsistirá: o Governo futuro não poderá restaurar as condições necessárias à paz e ao progresso do país, no atual clima de caos constitucional.

A tarefa, de ordenação conferida a uma comissão de eminentes juristas, embora útil, não alterará, de forma nenhuma, a substância do problema. Seria o mesmo que tentar a cirurgia plástica para recuperar um doente que carece de cirurgia profunda.

Com efeito, a Comissão de Juristas não foi, nem o poderia ser, incumbida da reorganização constitucional de que carecemos, mas, e apenas, de uma reordenação formal dos textos existentes, o que é coisa muito diversa.

Na temível desordem jurídica em que nos debatemos, como já disse, só os atributos pessoais do atual Presidente servem ainda de ponto de equilíbrio e confiança. O termo de seu mandato está, porém próximo e é inevitável. Acreditamos sinceramente em que se possa chegar à escolha de um sucessor capaz de despertar, pelas suas qualidades, os mesmos sentimentos. Mas, ainda que tal se dê, a situação permanecerá a mesma que agora, isto é, incompatível com o passado e o futuro de um grande país, como o nosso. O regime dito presidencial que mais se aproximava do brasileiro de hoje era o da República de Gana, cujas instituições políticas eram singularmente assemelhadas às que nos regem. Aqui é a eleição do Presidente pelo Congresso; candidato indicado pelo partido oficial; sujeição total do Legislativo e do Judiciário ao Presidente. É triste reconhecer o modelo que escolhemos, bem diferente do norte-americano. Vimos, há poucos dias, que o regime ganense, apesar do prestígio do seu líder, foi de água abaixo. Não devemos ter muitas ilusões sobre a nossa capacidade de aguentar o que a antiga Costa do Ouro não aguentou.

Referi-me a este exemplo apenas para insistir na necessidade do Senado, de todo o Congresso, meditar sobre a situação em que nos encontramos.

Há muito em que insisto nesta linha, obstinadamente, convencido de que cumprio os deveres do meu mandato legislativo. Certo é que, como o semeador da parábola evangélica, as pobres sementes que lanço têm caído no

solo sáfaro da indiferença, do imediatismo, ou da ambição de poder.

Mas continuarei, até o fim, pronto a dar o meu auxílio e apoio àquelas que, mais prestigiosas, influentes e capazes, pensem, em princípio, como penso.

A sugestão que, agora, formulo aos meus caros e ilustres colegas do Senado e da Câmara, tanto da corrente governista, como da oposicionista, é simples e prática.

Urge que o Brasil se integre no mundo das potências democráticas modernas. Devemos entrar de fato, nesta segunda metade do século XX, fase que a sociologia política moderna chama pos-política, e que se caracteriza pelo combate conciente à divisão ideológica, e pela organização de regimes que se preocupem menos com o clacismo dos modelos, do que com a adequação das instituições às realidades nacionais. Devemos, assim, criar um Estado que seja realmente a expressão livre, forte e pacífica, da nossa personalidade histórica e cultural. Com estes altos objetivos é que sugiro às grandes correntes em que se divide o Congresso que, sem preocupações de apoiar o Governo ou combater o Governo; à margem da disputa sucessória, lancemos as bases de um movimento visando a preparar um anteprojeto de Constituição para o Brasil. Este anteprojeto, seria o resultante natural do encontro das forças dominantes na sociedade brasileira, e se transformaria, provavelmente, no fato político dominante, tendo, inclusive, repercussões internacionais, na medida em que, como estou seguro, represente um elemento de progresso na Ciência Política e no Direito Constitucional contemporâneos.

O documento, uma vez preparado, ainda que não logre aprovação no corrente ano, poderá ser a base de apoio do governo futuro, e o caminho largo pelo qual ele evitará despenhar-se na desordem ou na ditadura.

Se esta sugestão, feita com os mais altos propósitos e sem quaisquer segundas intenções, lograr bom acolhimento, eu proporá ainda que se cuidasse logo da organização interpartidária de um grupo de trabalho incumbido de estudar as bases do anteprojeto e a redação de seu esboço. Esta tarefa, não deveria interferir com a marcha assentada dos próximos acontecimentos políticos, tal como foi traçada pela revolução, inclusive a realização das eleições deste ano.

O Congresso, com efeito, na situação atual, não tem condições para alterar o quadro delineado pela força revolucionária. Muito diminuído na sua função legislativa; sem iniciativa própria no domínio político, no qual se limita a executar decisões tomadas fora do seu seio, o Congresso Nacional sobrevive principalmente como símbolo democrático e também como demonstração do desejo das forças da revolução de restaurarem a democracia. Mas existe, no Congresso, apesar de todas as limitações e inibições, uma força imaneente, que decorrer da natureza das coisas. Esta força, se utilizada, encontrará valioso apoio na opinião. No momento, pelas circunstâncias existentes, o seu poder de iniciativa se resume em tarefas como aquela que tenho a honra de propor à sua meditação.

O Congresso deve encerrar a sua última sessão fazendo algo de grande para o país, algo que explique a sua sobrevivência submissa, durante a revolução.

Ainda que não se possa fazer aprovar o projeto de Constituição cujo preparo preconizo, a sua simples existência seria uma esperança para o país, e uma porta de saída para a aflição sem saída em que nos achamos.

E seria ainda, talvez, o único ponto de apoio do Governo, saído das elei-

ções revolucionárias, bússola o roteiro para a incerta e tormentosa travessia que o aguarda.

COMPARAREM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guionard
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Siegfredo Pacheco
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres — 14.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, comunicação que vaes ser lida.

E' a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que em documento devidamente assinado e que se encontra em meu poder manifestaram seu apoio à Aliança Renovadora Nacional, em formação, integrando portanto sua bancada os Senhores Senadores:

Daniel Krieger
Eugenio de Barros
Lobão da Silveira
Adolpho de Oliveira Franco
Eurico Rezende
Milton Campos
José Leite
Júlio Leite
Siegfredo Pacheco
José Feliciano
Victorino Priere
Zacharias de Assumpção
Rui Palmeira
José Cândido
Irineu Bornhausen
Dinarte Mariz
Benedicto Valladares
Arnon de Mello
Joaquim Parente
Auro Moura Andrade
Heribaldo Vieira
José Guionard
Guido Mondim
Raul Guberti
Miguel Couto
Mem de Sá
Vivaldo Lima
Afonso Arinos
Mello Braga
Vasconcelos Tóres
Catete Pinheiro
Dix-Huit Rosado
Atílio Fontana
Wilson Gonçalves
Gilberto Marinho
Domício Gondim
Lopes da Costa

Gay da Fonseca
Manoel Villaga
Jefferson de Aguiar
Menezes Pimentel
Padre Calazans
Antônio Carlos
Sala das Sessões, 3 de março de 1966. — Senador Filinto Müller, Líder da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há, ainda, outra comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Brasília, 3 de março de 1966.
Senhor Presidente do Senado Federal.

Para os efeitos Regimentares lavo ao conhecimento de Vossa Excelência que a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, é constituída dos Senhores Senadores:

Aarão Steinbruch
Adalberto Sena
Antônio Balbino

Argemiro de Figueiredo
Arthur Virgílio
Aurélio Vianna
Barros de Carvalho
Bezerra Neto
Edmundo Levi
Joko Abrahão
Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Matos
Nelson Maculan
Nogueira da Gama
Oscar Passos
Pedro Ludolco
Pessoa de Queiroz
Rui Carneiro
Sebastião Archer
Silvestre Pérciles.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador Oscar Passos, Presidente do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de Requerimento sobre amesa.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 82, de 1966

Sob a emoção que nos causou o desaparecimento, em consequência do desastre de automóvel, do Sr. Deputado Gil Veloso, que com dignidade e brilho representava o Estado do Espírito Santo na Câmara dos Deputados, solicitados da Casa as seguintes manifestações de pesar:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Espírito Santo;
c) levantamento da sessão.
Sala das Sessões, 2 de março de 1966. — Eurico Rezende. — Filinto Müller. — Adolpho Franco. — Gilberto Marinho. — Joaquim Parente. — Gay da Fonseca. — João Abrahão. — Pedro Ludolco. — Júlio Leite. — Heribaldo Vieira. — Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o Requerimento.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, iria falar em nome pessoal, mas venho de receber a incumbência de meu Líder, Senador Filinto Müller, no sentido de que a minha palavra expresse também o pensamento e a emoção da Aliança Renovadora Nacional.

(Lê)
O Congresso Nacional e, particularmente, o povo capixaba, envolveram-se de dor e cobriram-se de consternação com o desaparecimento do Deputado Antônio Gil Veloso.

Sua morte teve, sem dúvida, as malditas proporções de irreversível injustiça da fatalidade sem entrancas. Muitos, como eu, diante da notícia estardalhaçada ou perante o seu túmulo, viveram emoções que viveriam como se tivessem perdido o mais próximo parente, tamanha era a fascinação do amigo que o destino convocou para o reinado das sombras silenciosas e eternas.

Convalescer do impacto desse infortúnio é tarefa impossível, porque, mais do que um abalo sentimental, a morte de Gil Veloso realizou em todos nós um desdobramento de amarguras revoltadas.

Porisso aqui está a voz do amigo de alma ferida e do coração sangrando, diante da impiedosa destruição daquela cativante paisagem de euforia, de bondade e de otimismo, que foi o realejo da sua vida.

Aqui está o sofrido gesto espiritual do companheiro de tão longos anos, de tantas lutas e de tantas batalhas, que, atônitamente, ainda não compre-

ende a brutalidade do episódio que castiga, que dilacera, que não grita, que não proesta, que não blasfema, porque a vontade de Deus se impõe e domina sobre as próprias ruínas e sobre as próprias lágrimas.

Há um conceito lapidar, que a poeira dos tempos não soterra, nem o galopar dos séculos esmaece sequer: "Os mortos governam os vivos".

Sim, "os mortos governam os vivos". Daí porque a liderança de Gil Veloso agora se afirma e se ilumina.

Liderança autêntica, liderança plúrima.

Governará através da recordação sempiterna da esposa, que é a dor despetalada em soluços de angústia.

Governará na lembrança dos filhos amantíssimos, que são a carne da sua carne, o sangue do seu sangue, a alma da sua alma, no dorso do luto e na constância da hereditariedade.

Governará no afeto dos seus irmãos inconsoláveis, por verem desganhada a árvore da sua genealogia.

Governará na evocação imarcessível dos seus amigos, que estão passionavelmente e amargurados, colocando sobre o seu silêncio sepulcral uma prece e depositando em sua memória a oração da despedida.

Governará, pelo exemplo de combatividade, os seus correligionários, no prosseguimento de sua jornada, em favor do Espírito Santo e em obsequio do Brasil, a que ele tanto amou e serviu sob a égide da dedicação e do espírito público.

Governará no respeito dos seus adversários, que o admiravam pelos impulsos de uma apaiada pugnacidade, eis que sempre colocou o combate em termos de cavalheirismo político e de agradável intervenção pessoal.

Gil Veloso, enfim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, governará a nossa imensa e perene saudade, pela honradez da sua probidade, pelos estremecimentos da sua filantropia, pelo sacerdócio do seu amor ao próximo, pelo apostolado de sua vida pública e pela insuperável formosura da sua convívio.

O Sr. Josaphat Marinho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Conheci o ilustre Deputado Gil Veloso aqui no Congresso. Tivemos oportunidade de manter alguns contactos, quer na vida parlamentar, quer fora dela. Neste instante, desejo apenas trazer a V. Exa e ao Estado do Espírito Santo uma justa e grande demonstração de pesar. Para traduzi-la, permita-me que nada mais diga do que tudo quanto de Justiça V. Exa está expressando, no discurso que está a proferir e em que revela, a todos nós, o sentimento que o domina e a nós abrange.

O Sr. Joaquim Parente — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador.)

Associo-me, de todo coração, à justa homenagem que V. Exa presta neste momento, ao saudoso Deputado Gil Veloso, um dos melhores amigos que conquistei em Brasília. V. Exa, no início do seu discurso, disse estar falando em nome dos seus companheiros da Aliança Renovadora Nacional.

Mas eu não posso deixar de, em meu nome pessoal, por intermédio de Vossa Excelência, transmitir à família do ilustre morto e ao Estado do Espírito Santo minhas sinceras condolências.

O SR. EURICO REZENDE — Ao incorporar ao meu discurso os apertes dos eminentes Senadores Josaphat Marinho e Joaquim Parente, expressei a esses eminentes parlamentares, a sinceridade do meu agradecimento, por mim, pela família enlutada e pelo povo capixaba, diante da emoção-

nada manifestação de pesar constante de tão honrosas intervenções.

O Sr. Ruy Carneiro — Permita-me, V. Exa um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Associo-me, igualmente, às homenagens que se presta ao jovem e brilhante Deputado pelo Estado do Espírito Santo falecido no Hospital Santa Tereza, em Petrópolis. Tive poucos contactos com aquele ilustre parlamentar. Disse jovem, porque, na realidade, ele era bastante moço, agradável, alegre, sorridente, demonstrando ser homem cheio de bondade, apesar de lutador. V. Exa, como disse o nobre Senador Josaphat Marinho, está fazendo a oração fúnebre do seu coestadano, tragicamente desaparecido, com coração, alma, com todo o brilho de sua inteligência e, sobretudo, com o sentimento de grande sinceridade. Comparei ao nosocômio, em Petrópolis, para cumprimentar o nobre Deputado Gil Veloso. Encontrei-o cercado de seus familiares e recordei-lhe o fato de, oito dias antes, ter sido a satisfação de conduzi-lo ao Congresso Nacional, uma vez que era meu vizinho. Disse-me ele então: "E chegamos na santa paz de Deus." Ali estava o homem, combativo e forte, abalado pelos sofrimentos físicos decorrentes do trágico acidente que sofrera, juntamente com outro parlamentar, um Deputado paraibano que, felizmente, nada sofrera. Nobre Senador Eurico Rezende, em nome da Paraíba, associo-me às homenagens de pesar que o Senado da República presta ao saudoso Deputado Gil Veloso.

O SR. EURICO REZENDE — O aparte do ilustre Senador Ruy Carneiro veio demonstrar, mais uma vez, como se outras tantas não bastassem, o profundo sulco de sensibilidade que causou ao Senado e ao Congresso Nacional o desaparecimento do meu coestadano, cuja inteligência, espírito público e dedicação estavam na sua plenitude para prestar ainda relevantes serviços ao Espírito Santo e ao País.

Com estas palavras, Senhor Presidente, e agradecendo, novamente, as cativantes intervenções dos meus ilustres colegas, coloco sobre o túmulo do meu amigo de infância e coestadano Gil Veloso a flor espiritual da minha saudade.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. A Mesa tomará as providências nele indicadas.

O convívio com Gil Veloso propiciava múltiplas razões para admirar aquele eminente representante do nobre, culto e progressista povo do Estado do Espírito Santo. A Mesa do Senado Federal junta, neste instante, o pesar que a domina ao sentimento que aflige o Parlamento Nacional pela perda inesperada e brutal de uma das figuras mais humanas e íntegras da vida política da nação.

Nos termos do requerimento, vou encerrar a presente sessão, designando para a de amanhã a seguinte:

ORDEN DO DIA

Sessão em 4 de março de 1966

(Sexta-Feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 234-A-65 na Casa de origem) que mantem o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato celebrado entre o

Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 59 e 60, de 1966, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Regimento nº 79, de 1966, pelo qual o Sr. Senador Atílio Fontana solicita a

transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da República na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 28 de fevereiro último.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 30 minutos).

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA

ATA DA 1ª REUNIÃO, CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 1966

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador José Ermírio, Presidente, presentes os Senhores Senadores Eugênio Barros, Atílio Fontana, José Feliciano e Dix-Huit Rosado, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Nelson Maculan, Lopes da Costa, Antônio Carlos e Dylton Costa.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, colocada em votação, é aprovada sem debates.

Abriando os trabalhos, o Senhor Presidente, de conformidade com o preceito regimental, passa a presidência ao Senhor Senador Eugênio Barros, Vice-Presidente, a fim de poder relatar a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador José Ermírio, na qualidade relator do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1965, apresentado pelo Senhor Senador Bezerra Neto, que «Disciplina o registro no Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA) dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agropecuários, ou de interesse da política agrária, sem a obrigatoriedade de exame pelo Tribunal de Contas», comunica haver voltado este Projeto ao exame deste órgão técnico em virtude do recebimento de emenda de Plenário, da autoria do Senhor Senador Mello Braga e, a seguir, oferece parecer pela rejeição da emenda.

Em votação é o parecer, por unanimidade, aprovado.

Reassumindo a presidência, o Senhor Senador José Ermírio, agradece aos seus pares pelo comparecimento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários".

ATA DA 14ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1965

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, às nove horas e dez minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presen-

tes os Senhores Senadores Heribaldo Vieira, Vice-Presidente, Atílio Fontana e Raul Giuberti, reúne-se a Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para ouvir o depoimento do Senhor Archimar Bittencourt Baleeiro, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste (IPEAL). Comparecem, ainda, os Senhores Senadores José Feliciano, Lopes da Costa e José Leite.

Ausentes, com motivos justificadas, os Senhores Senadores José Ermírio, Relator, Engênio Barros e Argemiro de Figueiredo.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação.

Abriando os trabalhos, o Sr. Presidente dá ciência do comparecimento do Sr. Archimar Bittencourt Baleeiro, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agro-Pecuária do Leste IPEAL, convidando S. Senhoria a tomar assento à Mesa dos trabalhos.

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao depoente, para que dê início a sua exposição sobre produção, consumo do País, alteração de programa da produção e desenvolvimento do cacau.

Com a palavra, o Sr. Diretor do IPEAL apresenta uma análise completa dos problemas cacaueiros, para, em seguida, passar a responder às perguntas do Sr. Senador Atílio Fontana, Relator substituto.

No decorrer das suas respostas às perguntas do Sr. Relator substituto tem o depoente oportunidade de dar respostas a quesitos formulados pelos Srs. Senadores Heribaldo Vieira, Raul Giuberti, José Feliciano e José Leite.

Concluídas as indagações, o Senhor Presidente a gratidão da Comissão ao pelo seu comparecimento e determina Sr. Archimar Bittencourt Baleeiro, que o apanhamento taquigráfico dos debates passe a fazer parte integrante da presente Ata, sendo publicado, como anexo, no Diário do Congresso Nacional.

O Sr. Presidente, as onze horas e cinquenta minutos, encerra a presente reunião e, para constar, eu J. Ney Passos Dantas, Secretário, lavrei a presente Ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 14ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1965, ÀS 9:30 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO REFERIDO NA ATA.

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco

Relator: Senador Atílio Fontana, Relator Substituto.

Convidado: Dr. Archimar Bittencourt Baleeiro, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Leste (IPEAL).

O SR. PRESIDENTE — (Senador Sigefredo Pacheco) — Está aberta a sessão.

Encontra-se presente o Dr. Archimar Bittencourt Baleeiro, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimen-

tação Agropecuária do Leste (IPEAL) que versará sobre o cacau, sisal e mamona.

Tem a palavra o Dr. Archimar Baleeiro.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Sr. Presidente, em primeiro lugar desejo agradecer a oportunidade que me é dada de prestar ao Senado informações sobre o assunto que V. Exa. acaba de mencionar, e o faço como dever e também com maior prazer de poder contribuir, no que esteja a meu alcance, para o trabalho que a Comissão Especial do Senado realiza em prol da nossa agricultura.

Com relação ao cacau, deve mencionar, aqui, a posição difícil do País. No momento o cacau é uma das lavouras básicas que temos de forma elevada em divisas para Nação, que atravessa na realidade, no momento, situação crítica e difícil. Diria mesmo que o País, continuando como se encontra a lavoura, dentro de vinte a vinte e cinco anos estará banido do mercado internacional do cacau.

Mostrarei rapidamente a V. Exas. um gráfico em que se demonstra a posição e a situação da ação em confronto com os demais países produtores. O Brasil, que ocupou o segundo lugar como produtor de cacau no mundo, hoje está em quarto, e com tendência a baixar de posição em futura próxima.

Desculpem-se V. Exas. o tipo de gráfico, pois não está muito bem feito, mas mostra, em linhas gerais, nossa posição e evolução da produção mundial nos últimos trinta anos.

Por este gráfico se conclui que, de 1934 a 1944, pudemos produzir trinta e nove mil toneladas. Desse período até ao ano presente, 1965, a situação é a seguinte: Nigéria, 217; Brasil, 117; Gana, 455 e outros países pequenos, 408.

Verifica-se então, que os demais cresceram sua produção, ao passo que, o Brasil a teve diminuída.

Nossa área cultivada aumentou, porém, a nossa produção decresceu.

Hoje, temos 350 mil hectares de terra plantada com um rendimento, por exemplo, de amêndoa, de 300 a 500 gramas por pé.

Enquanto isto, Gana e alguns países africanos produzem muito mais gramas por pé. Assim, os demais países, produzindo quantidade maior, colocam seu produto no mercado por preço muito inferior ao nosso.

Nossa produção é muito mais cara, não nos permitindo, portanto, competir com outros produtores no mercado internacional.

Tenho em mãos outro gráfico, pelo qual Vv. Exas. poderão observar, de modo claro, o que vem acontecendo com relação aos preços do ano de 1965.

Se considerarmos o índice 100 observarmos que o preço do cacau, na produção caiu de 1959 a 1964, de 100 para 30. O Brasil recebeu menos em dólares ao passo que os demais países, Gana, Nigéria e Costa do Marfim, tiveram rendas maiores, também em dólar.

Aconteceu então que na realidade, além de maior produção, os países concorrentes da África tiveram produção por um menor custo e não sei, confesso, qual será a posição do Brasil, num futuro próximo, porque, realmente, continuam trabalhando utilizando novas técnicas, inclusive de renovação das plantações.

A idéia ou o pensamento dos demais países é no sentido de aumentar cada vez mais o rendimento por unidade de área, ao passo que as produções nossas, velhas, vamos dizer com mais de trinta anos, em média, tendem a diminuir seu rendimento.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Desejo muito que essa

não é uma questão ecológica e sim de sementes que precisam ser renovadas.

O DA. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Respondendo a V. Exa. mencionaria o seguinte: — vamos supor que o estudo atual dessas cotações velhas, com rendimento de trezentas gramas por pé e por ano, se fosse feito um trabalho de adubação e de tratamentos culturais, esse rendimento, a produção, poderia crescer até ao dobro. Há, entretanto, um aspecto importante, é que temos o material genético sem condições de reagir a esses tratamentos culturais, a essas práticas culturais que pudessem ser introduzidas, por uma razão muito simples, vamos citar uma adubação feita para o combate às pragas. Poderíamos precisar de 300 a 600 gramas. Essas 600 gramas seria o máximo, seria a capacidade máxima dessa planta em produção. Ao passo que se tivesse geneticamente boa, se tivesse material geneticamente bom, com capacidade de produzir três quilos de amêndoa seca por pé e por ano, e ter uma falha de condição de solo, de deficiência de solo e fosse adubado com 600 gramas, então os tratamentos culturais, as práticas culturais introduzidas poderiam fazer com que esse material se elevasse até três quilos, que seria a capacidade genética do material.

De modo que o problema é de renovação gradativa das plantações.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — E o fertilizante?

O SENHOR ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Além da renovação, há a introdução de todas as práticas culturais possíveis, adubação, combate à praga de doenças, melhores espaçamentos; há estudos sobre sombreamentos feitos na Nigéria, Gana e Togo, que demonstram que o cacau produz mais sem sombra. Já se sabe que a planta quando está nova, exige mais sombra. A medida que vai envelhecendo, já necessita receber menos sombra; precisa mais de sol é claro que há um contato de copas entre elas e um sombreamento, na parte baixa, onde a frutificação acontece.

O maior problema que temos é a necessidade de realizar esse trabalho o mais rápido possível, e, neste momento, já existe um órgão em condições de fazê-lo — a COPLAC, que precisa ser protegida e incentivada. Conhecendo a Bahia há muitos anos e acompanhando, há 15 anos, o problema do cacau, estou convencido de que a última esperança é o trabalho da CEPLAC — renovação, educação do agricultor, combate às doenças e pragas e, especialmente, o trabalho de pesquisa, que me parece o mais importante.

A renovação em si já não pode ser feita na escala desejável, que seria substituir, em vinte anos, todos os trezentos e cinquenta mil hectares, porque a disponibilidade de sementes geneticamente melhores é muito reduzida. Além do mais, há que conhecer as necessidades de determinada região, controlar o material a ser empregado e desenvolver a formação de híbridos que possibilitem a substituição. Há um programa novo na CEPLAC, de substituição gradativa. Porém, infelizmente, com a disponibilidade do momento, em sementes, só poderíamos atingir, nestes vinte anos, cerca de 38 mil hectares, o que representa um pouco mais de 10% de toda a área plantada, cultivada, de cacau na Bahia.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (RELATOR) — Esse método novo seria com referência à produção híbrida?

O SENHOR ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Não, é o plantio de aumentos híbridos, híbridos interpostos. Seriam híbridas de plan-

Ho já conhecido, clones já conhecidos e testados.

Infelizmente, temos uma seleção recente, começada em 1953, seleção IPEAL, onde existem 139 clones com rendimento acima de 3 quilos de amêndoas secas, por pé, e por ano. Há a quantidade de muito rendimento para que se possa começar um trabalho de envergadura. Essa substituição, então, tem de ser lenta, gradativa, e medida da disponibilidade de material.

Há um passo que pode ser dado: está havendo certa dificuldade, por questões de ordem legal, quanto à importação de sementes na área. A CEPLAC deseja isso e providências providência, no momento, até a formação de um quarentenário, que produza material em larga escala. Há certo impasse em razão de ordem técnica, sobretudo com relação a algumas doenças de vírus, porque há perigo de se introduzir vírus não existente em nossa área.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — Nos campos de cacau, brasileiros, não existe praga, infectando, prejudicando a produção?

O SENHOR ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Existem diversas pragas e doenças. Das pragas, a formiga de enxerto é a mais séria delas todas. Mas o problema desapareceu, no momento. Porém, num passado não distante, o combate era difícil, era a derrubada das cascas de formiga de enxerto e queima: hoje, existe o BHC, que possibilita um combate fácil e rápido. No momento, dois helicópteros do Ministério da Agricultura empreendem, na zona cacauífera, o combate à praga da formiga de enxerto.

O problema das doenças é mais grave, é problema diferente, cuja solução seria a renovação feita com materiais resistentes. Além de produtividade, resistência. Das doenças que ocorrem entre nós, na Bahia, principalmente, que produz 95% do cacau brasileiro, é a fíofera que, talvez, é mais prejudicial em certos climas que variam de um ano para o outro. Às vezes, chega até a prejudicar e a diminuir a safra a trinta por cento. Mas essa renovação com materiais de alta produção, de maior resistência, evidentemente merece grandes cuidados. Há o perigo das doenças existentes na África e na Amazônia na área de origem do cacau. Estas doenças não devem ser introduzidas, ou pelo menos devem ser evitadas no máximo o que poderia causar transtornos sérios, entre eles, a vassoura do bruxa, que ocorre na Amazônia, o que, por felicidade nossa, não existe na área de cacau na Bahia.

Um ponto muito sério: esse trabalho de renovação dos cacauais vai depender de muito trabalho paralelo: o preparo do agricultor, a educação em massa do agricultor na faixa sul e essa preocupação já está sendo estimulada. E já agora se faz em escala maior o treinamento de apatazes elementares de nível médio, para ajudar aos cacauicultores nessa fase que se aproxima da renovação em grande escala.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — (Relator) — Quanto tempo levaria uma plantação para começar a frutificar?

O DR. ARCHIMAR BALEEIRO — Uma planta colocada no local definitivo, com todos os tratamentos adequados, com adubação, com espaçamento, limpa, etc., pode começar a frutificação a partir do segundo ano, sem que essa frutificação possa ser considerada econômica. A frutificação econômica aconteceria nos cinco anos; do quinto para o sexto ano ela chegará ao ponto de frutificação máximo, de frutificação já alta como econômica.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — (Relator) — As fazendas de cacau têm adotado o sistema de adu-

bação nas plantas de cacau ou são raras as que tratam dessa adubação?

O DR. ARCHIMAR BALEEIRO — São raras. O consumo de adubo é irrisório; praticamente não se aduba. É a realidade de que os solos são férteis, inclusive não há resultados ainda seguros que permitam indicar ao agricultor uma fórmula econômica e uma fórmula adequada. Uma série de ensaios experimentais já está em campo. Quero crer mesmo que dentro de mais três ou quatro anos se possa estabelecer uma série de fórmulas para as zonas, pelo menos típicas da caixa cacauífera da Bahia, um ponto fundamental para que permita, inclusive um trabalho de orientação para adubação.

Isso foi feito e também o levantamento de faixas, de grandes grupos de solo através de convênio com o Ministério da Agricultura, com a CEPLAC. Esse trabalho está praticamente concluído e igualmente o levantamento aéro-fotogramétrico e ensaios de fertilidade em toda a zona cacauífera. Hoje já se conhecem todas as manchas de possível plantio na Bahia com esses ensaios. Foram feitos duzentos e cinquenta ensaios em toda a área levantada, o que vai permitir, pelo menos, a formulação inicial que possa garantir uma adubação mais ou menos econômica, mas sem uma segurança profunda, porque, na realidade, para que se tenha uma fórmula exata, é preciso que sejam feitos melhores experimentos. Isso ainda não foi possível mas os experimentos estão instalados.

Mas a adubação em si, adubar a planta, é preciso saber se ela tem capacidade genética, digamos, para seiscentas gramas e, assim, não sei se seria econômica em face do custo do adubo. Agora, uma planta que produz três quilos, aí sim. Esse o aspecto, saber se podemos dobrar a produção com uma série de técnicas, de unidade da cultura que pode ser utilizada.

O aspecto econômico, o custo é que não sei se compensará. Salvo melhor juízo, o caminho seguro é a renovação gradativa das plantações para, em futuro próximo, permitir que o Brasil concorra com os países que trabalham nesse sentido, produzindo, por unidade de área, muito mais do que nós.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — (Relator) — Declarou V. S.ª que a renovação da lavoura cacauífera com mudas híbridas levaria muitos anos. Em vinte anos, teríamos 20%. Quais as providências que seriam tomadas para reduzir esse tempo, permitindo a adubação para plantas de maior produtividade?

O SR. ARCHIMAR BALEEIRO — O primeiro passo é a importação imediata de sementes melhoradas, que não temos.

Há outro aspecto que deve ser salientado: o material melhorado é preciso ser testado. Existe uma série de clones da América Central, Trinidad, África. É evidente que esse material é melhor do que o nosso. Precisariamos, porém, de tempo para sentir o comportamento desse material, a fim de proporcionar uma série de comparações. Num futuro próximo, teríamos o melhor caminho para produzir em larga escala.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — (Relator) — No setor do cacau, a exemplo do que se faz com as sementes de cereais, poderíamos alcançar, em futuro próximo, maior produtividade de sementes híbridas.

Essa questão de importar, como V. S.ª vem abordando, é sempre um risco. Em primeiro lugar, a falta de aclimação das plantas; em segundo lugar, também, o problema das doenças, que nós não desejaríamos importar e estaríamos sujeitos.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Certo. Há uma diferença entre o cacau e o milho. Uma é lavoura permanente, outra é de

ciclo curto. É claro que um trabalho no caso de milho especificamente, é feito de modo muito mais rápido. E a substituição de uma determinada combinação híbrida, de uma safra para outra, ou período de três, quatro anos, é simples. Numa lavoura permanente o aspecto é outro. É planejada, começa a produzir em escala econômica do quarto ano em diante, e aquilo leva trinta, quarenta anos. A substituição constante da lavoura permanente seria um caso sério, ou mesmo impaticável.

Com respeito à importação de material, existem técnicas, existem maneiras de se contornar e de se evitar problemas de doenças, sobretudo de vírus, que são os quarentenários. Só agora o Governo providencia um quarentenário para plantas, porque já existe para zootecnia, em Fernando de Noronha. Esse quarentenário já está sendo plantado na restinga Marabáia, numa ilha próxima ao Rio de Janeiro. O material introduzido passaria um período de quarentena e só seria liberado depois de feitos todos os testes.

A par disso, existem os certificados. O material importado só seria introduzido acompanhado de um certificado de isenção de qualquer doença, sobretudo doenças de vírus.

Além desse certificado, desses cuidados, a passagem pelo quarentenário é importante. Já há, inclusive, uma proposta de aumentar o quarentenário dentro de melhores condições técnicas, na faixa limitrofe do cacau. Isto permitiria a entrada de sementes e, ao mesmo tempo, o quarentenário seria feita a multiplicação na mesma área, facultando, assim a formação de campos para a produção de sementes híbridas, como maneira de se ganhar tempo e obter maior quantidade de sementes para renovação, ao lado do quarentenário.

Há outro aspecto que já foi discutido, há pouco tempo, e amplamente observado — digamos assim — pelo Dr. Costa Filho. É o da renovação das plantações que permitiram uma liberação da área. Na verdade, se temos hoje 300 mil hectares de cacau, a renovação será feita de modo gradativo, não devendo atingir toda a área de renovação, porque no trabalho base, feito com elementos do levantamento do solo, está se verificando a posição de algumas faixas de área de cacau, completamente inadequadas, as zonas de transição sem condições ecológicas. Isso seria evidentemente eliminado.

Teríamos na realidade um trabalho de renovação e poderíamos dobrar a produção nacional com a metade da área ocupada. A CEPLAC tem utilizado essas áreas para outras culturas, como a seringueira, etc.

Em linhas gerais há muito que dizer sobre o cacau. Não sei se a comissão tem algum ponto principal, se deseja alguma informação sobre determinados aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígefredo Pacheco) — A minha primeira pergunta seria: Como vem funcionando o Instituto sob a direção do nosso prezado Dr. Baleeiro e quais as fontes e recursos financeiros de que dispõe o Instituto Agrônomico e se eles são suficientes e quais as medidas necessárias para o fomento da produção nacional do cacau.

O DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Na parte relativa ao cacau, trabalhamos em convênio com a CEPLAC, e o caminho mais seguro é um órgão apenas cuidar do assunto.

A CEPLAC comanda todo o trabalho na faixa do País, não só no Amazonas, Bahia, Espírito Santo, em tanto que a estação experimental de IPEAL, hoje, está vinculada a trabalhar em convênio com a CEPLAC.

O trabalho do IPEAL, desde a sua instalação até o momento, com relação a cacau, certa com a colaboração do Governo africano, que enviou um

técnico, Dr. Robert Fowler, que organizou e programou os trabalhos de seleção de cacau na Bahia. Este trabalho foi feito a partir de 1953, visando a possível obtenção de plantas nossas de alto rendimento e resistência. Este trabalho permitiu a escolha de 388 plantas, na faixa do cacau com rendimento controlado, com produtividade controlada em 4 anos acima de 4 quilos de amêndoas secas por pé-ano, sendo que a planta de cateceira, pelo menos umas dez, atingiram 14 quilos de amêndoas secas por pé-ano.

Esta a seleção IPEAL, que está servindo hoje de base ao trabalho de cruzamento da CEPLAC. O material foi multiplicado, porque as matrizes foram escolhidas em propriedades particulares. O material, por multiplicação assexuada por estquia foi reproduzido, portanto, igual à planta-matriz e colocado em três pontos: no Centro de Pesquisa do Cacau na Estação Experimental de Urucuca e na própria Estação Experimental de Jucari. As matrizes — S-1 — estão sendo controladas com sombreamento adequado. Por felicidade nossa estão reproduzindo exatamente aquilo do material básico. Isso, depois de uma re-seleção, permitiu o isolamento de 138 matrizes. Essas 138 matrizes estão atualmente nos três pontos funcionando como fonte de sementes para a formação das primeiras mudas, visando à renovação.

Infelizmente, esse material não é em quantidade suficiente para toda a renovação.

Entretanto, foi o primeiro passo, do Ministério da Agricultura, em busca da renovação.

Na verdade tal trabalho deveria ter-se iniciado há trinta anos, a fim de que nos permitísse acompanhar o que os demais países fazem em relação ao melhoramento do cacau.

Lamentavelmente isto não aconteceu, e hoje, estamos na encruzilhada: ou trabalhamos com urgência, para que, num futuro próximo possamos alcançar os demais países com relação a recursos, ou fracassaremos.

Realmente, nossos recursos sempre foram poucos. De 1953 para cá tínhamos recursos na ordem de cinco sete ou quinze milhões de cruzeiros, por ano. Isto não representa coisa alguma; é até ridículo! Pior do que isto, na verdade, é que um trabalho de pesquisa e experimentação não pode receber recursos no meio do ano. Para tanto, temos de contar com eles em janeiro, a fim de que não haja solução de continuidade na pesquisa.

Hoje, a situação está melhorando, porque, os recursos são amplos e, sobretudo, há contratação de pessoal altamente especializado, há participação, na programação, de técnicos de renome internacional, a convite da CEPLAC. Tudo isto vem contribuindo, de modo positivo, no nosso trabalho já em andamento.

Agora, com a participação do Instituto, na fase iniciada pela CEPLAC é que partiu, a idéia, a sugestão primeira de que se fizesse um levantamento pedológico e um levantamento fotogramétrico.

Esse trabalho foi feito em dois anos, tendo sido concluído em janeiro do corrente ano.

Conforme disse, esse trabalho foi feito em dois anos e a parte pedológica através do Ministério da Agricultura e o levantamento aéro-fotogramétrico por intermédio de contrato com empresa privada, que realizou o trabalho. A partir de agora estamos funcionando de modo conjunto numa programação única de melhoramentos e de fertilidades, cabendo à cada órgão a realização de determinado trabalho sem distribuição. Quero crer, Srs. Senadores, seja essa maneira por que os trabalhos vêm sendo conduzidos, a mais interessante e conveniente.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Minha outra pergunta é com referência à relação que existe entre o estudo e os experimentos dos órgãos com o produtor, diretamente. Porque todos sabemos que, em geral, essas experiências ficam muito restritas aos organismos técnicos que as desenvolvem, e que o produtor somente passa a compreender, o resultado da evolução técnica de qualquer atividade agrícola, desde que ele presinta, realmente, um resultado favorável. Daí uma importância fora do comum que atribuímos ao que se obtém nos institutos técnicos, e a forma pela qual o produtor recebe essa orientação e a aplica na prática, em favor do desenvolvimento da sua atividade agrícola.

O DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Exatamente. Esta tem sido nossa preocupação no campo da pesquisa e, particularmente, no IPEAL, pois temos realizado um trabalho amplo de pesquisa e orientação da produção, porque na realidade falta um órgão de extensão, um órgão que leve o resultado da plantação ao campo e que, por outro lado, também traga o problema do campo para a pesquisa, a fim de que seja resolvido e devolvido o resultado ao agricultor através da extensão.

Infelizmente, a parte de extensão não está acompanhando também a evolução da nossa pesquisa, pelo menos na área da Bahia e Sergipe. Não posso ajuizar sobre as demais áreas do país. Sei que São Paulo com razão é outra, mas, no restante, não tenho idéia.

Agora, o que acontece com o cacau em particular, é que a CEPLAC sentiu isso e está desenvolvendo um trabalho no conjunto, ao mesmo tempo em que a pesquisa está sendo tratada, cuidada para a experimentação ali desenvolvendo o trabalho de extensão.

Nessa primeira fase há uma série de escritórios nos municípios produtores principais. Há uma equipe de extensão preparando essa equipe e desenvolvendo o trabalho em alguns pontos como uma espécie de trabalho piloto, permitindo o trabalho de novas equipes para atendimento de novas faixas.

Quanto à pesquisa do cacau, há um setor que resume os resultados da pesquisa e os coloca em linguagem simples, que o agricultor possa entender. E, como equipes volantes transmite ao agricultor esses resultados, o processamento dos métodos, etc. Inclusive impressos são distribuídos, na divulgação de novas técnicas.

Há poucos dias, na reunião de diretores de pesquisa em Peixotas tivemos a satisfação de um contato com um grupo do ICA, e foi acertada a instalação, na Bahia, atingindo Bahia e Sergipe, de um centro de treinamento e divulgação, que será orientado por uma equipe de técnicos especializados, fornecidos pela OEA, com equipamentos custeados pela USAID.

Assim, a partir de 1966, teremos no IPEAL um centro de treinamento e de divulgação, o primeiro passo para o levantamento de todos os resultados das pesquisas feitas, até então e para a divulgação desses resultados. Paralelamente, criaremos campos para demonstração dos processos e para o preparo de pessoal. A providência está à vista, e já é um passo avançado.

E confesso: a continuar na situação em que estávamos, é preferível não prosseguir na pesquisa, porque os resultados ficavam engavetados, como Vossa Excelência bem mencionou. Infelizmente, entre nós, muitos resultados de pesquisa não são divulgados. Na realidade, muita coisa pode ser feita, se levada ao campo.

Há outro aspecto, que, talvez, não se relacione com o assunto desta reunião, mas é preciso mencioná-lo: além

dêsse trabalho de extensão, de levar o resultado da pesquisa ao campo e necessário cuidar, imediatamente, da educação em massa do povo. Com o agricultor não alfabetizado, seria muito mais difícil o trabalho de extensão.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — A parte econômica também é muito importante. A pesquisa e a experimentação são fundamentais, porém, a par disso, precisamos demonstrar — e falo por experiência própria, em outros setores da vida agrária em que tenho trabalhado — para fazer com que o lavrador, o homem do campo tenha a convicção de que as experimentações, os ensinamentos, a extensão, no caso, são de forma econômica. Isso é a base; se não há condições econômicas, não é viável, não pode dar bons resultados a extensão.

Todos sabemos que o problema gira em torno de condições econômicas. É fundamental.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Diria o seguinte, incontestável que pareça, é uma verdade que até bem pouco tempo os órgãos de pesquisas do Governo Federal, com algumas exceções, faziam até 80% de pesquisa pura, relegando a segundo plano a pesquisa aplicada, a pesquisa econômica.

No caso da IPEAL, posso mencionar a vontade de 1961 para cá, alteramos completamente a programação. Olhamos, hoje, o aspecto econômico em primeiro plano e toda experimentação é feita visando um objetivo.

Assim, no momento, estamos com 108 projetos, 92 são de experimentação com objetivo econômico. Quero crer, mesmo, que alguém, lendo nossa programação de experimentação, ache até ridícula essa programação porque, em alguns casos, trabalhos simples, banais mesmo, estão sendo feitos. Por que isto nunca foi feito? É simples a explicação: quem quiser verificar, vai encontrar a nossa programação para 1966 pronta, inclusive com o orçamento e os projetos mencionados; vai encontrar projetos simples de manejo da cultura. Um exemplo: o amendoim. Na área dos tabuleiros terciários da Bahia, experimento simples, como, por exemplo, espaçamento, adubação, densidade de plantas por área melhor trato das culturas. Mas isto é uma coisa simples, dirão. E Senhores, infelizmente, essa resposta simples não temos. Então, em certas áreas, é preciso que sejam feitas coisas simples, básicas. Então, que adianta se obter uma variedade melhorada, que dê, digamos, o dobro do rendimento, se não se sabe qual o melhor adubo, o melhor espaçamento, o melhor trato da cultura?

Essa variedade vai ao campo e rende menos — não adianta nada. Então estamos norteando os trabalhos do IPEAL no sentido de obter, o mais rápido possível essa resposta simples. Vamos supor que o agricultor necessita plantar amendoim: é simples, já é uma tradição local, mas o que é preciso é plantar amendoim obtendo o dobro por determinada área. Outro exemplo típico é o milho. Há uma verdadeira febre de se implantar no Nordeste e na região leste da Bahia o milho híbrido. Mas, pergunta-se: será realmente o híbrido o mais indicado para essa faixa? Minha opinião é que não. E explico: estamos, em matéria de rendimento em baixíssima situação: temos um agricultor que não tem condições de utilizar o híbrido, um agricultor que planta e guarda as sementes para o ano seguinte, um agricultor sem assistência adequada. Que acontece? Ele recebe a semente híbrida, planta-a, não tem a informação de que esse material não pode ser utilizado na safra seguinte. Guarda o material e vê, com decepção, no ano seguinte, que nada obteve, na realidade. Qual o caminho? É introduzir

se qualidades conhecidas, melhoradas, não híbridas ou no caso os sintéticos Asteca etc. variedades simples, como por exemplo o cubano Iolondante, como Francisco Flint, que introduzindo na área da Bahia modificou o panorama da cultura do milho naquele Estado. A zona do Irecê já produz mais e melhor com essas variedades, passando do comum para essas variedades. Essa a primeira retificação: introduzir sementes melhoradas com base nessa variedade, em que o agricultor colha essa semente e a planta no ano seguinte. Já tem um material conhecido e gradativamente, à medida que entre o serviço de extensão que possa orientar, educar o agricultor, ele possa utilizar o híbrido. Estamos numa fase de transição. É o mesmo caso do caso do Nordeste. Seria certo que a faixa dos tabuleiros terciários da Bahia, de Sergipe passasse repentinamente da enxada para o trator de choque? Quero crer que não. Deveria ir gradativamente passando da enxada para o arado, deste para a tração animal, saber funcionar com o arado e depois passar para o trator, com a pequena circunstância de que nas pequenas propriedades, na faixa do recôncavo da Bahia, a passagem brusca da enxada para o trator seria até perigoso e seria anti-econômica.

No município, na faixa de Cruz das Almas, por exemplo, seria impraticável, porque uma pequena faixa, digamos, de quinze hectares, não comportaria o trator mas seria possível com o arado, com tração animal. Depois, numa área maior pode ser que chegue a um estágio para a utilização do trator, com uma organização que permita o uso de equipamento pesado.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Venho acompanhando a evolução da mecanização da lavoura, não só no Brasil, como no exterior. Verificamos algumas egídes de nosso País, onde existem pequenas propriedades. Como em regiões mais desenvolvidas, o emprego da mecanização, na lavoura coletiva, é altamente econômico. Mas o uso de equipamento mecanizado pelas empresas devidamente aparelhadas em uma pequena lavoura é anti-econômico. Assim procedendo, as empresas preparam e cultivam a terra de 50 ou 70 proprietários, ou mais até. É o que se verifica no sul do Brasil, na região Meridional do Estado de Santa Catarina, onde já estão introduzindo a mecanização da lavoura das pequenas propriedades.

É apenas um comentário, porque já se faz sentir, na região da propriedade familiar, como se costuma dizer, o emprego do equipamento mecanizado na lavoura coletiva.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — É uma forma interessante. Quero crer seja possível, à base de cooperativas, em áreas onde exista a mentalidade de agricultor, que permite a organização de lavoura com essas características.

Conheço bem os Estados Unidos da América e sei, hoje, que um agricultor numa propriedade média americana de 300 acres, trabalha com sua família trabalha e tem todo o seu equipamento, permitindo explorar toda essa área, sem problema com motomecanização.

Acontece o seguinte. É que na propriedade nossa a enxada é a ferramenta principal, e uma simples mecanização com arado, uma mecanização simples com arado, ou animal, já poderia permitir melhor aproveitamento em uma área maior, em condições melhores. Acho que até seja mais econômico, em determinadas áreas do nordeste, a simples mecanização do que a motomecanização.

Vou citar um exemplo para o senhor: do fumo, na faixa de Cruz das Almas. O fumo é plantado na chã, mada cova. É trabalho feito de enxa-

da, todo é feito de enxada: a adubação, a limpa. Tudo é manual, tudo na base da enxada. A mecanização simples, em pequena propriedade, pequena área, poderia permitir o preparo do solo, o plantio do solo, a adubação, a limpa com tração animal, e muito mais barato, no meu entender, do que pagando o custo desse equipamento.

Em certas áreas, quero crer que essa motomecanização.

Seria um etapa para, mais adiante, avançar-se para outras, salvo em Santa Catarina, no Rio de Janeiro, onde inclusive existe agricultor com outra mentalidade.

A colonização, o homem, o elemento humano, a agricultura em si já é uma tradição de trabalho mais avançado que permite o estágio a que V. Ex. há pouco mencionou.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Acredito que a mecanização da agricultura, no Brasil, seja um estágio típico do trabalho da indústria que procura colocar o seu trator, sem medir as consequências, os resultados econômicos para a agricultura. Observamos isto na prática. Ao invés do agricultor procurar o trator para trabalhar na sua propriedade vemos o agente comerciante da indústria sair à busca de colocação para o produto. As coisas me parecem invertidas. Entendemos ser necessária a mecanização e mesmo indispensável, a meu ver, na grande propriedade a motomecanização. Mas, pergunto a V. Ex. qual o entrosamento que existe entre a IPEAL e a Secretaria de Agricultura da Região e a repartição municipal na área do Nordeste?

O DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — No caso da Bahia, por incrível que pareça, existem 300 órgãos que tratam da agricultura, órgãos do mesmo setor, com o mesmo trabalho que ignoram o que os demais fazem.

Há duplicidade, há perda de recursos monetários, há perda de recursos humanos e há perda de tempo. É inviável, mas é a realidade.

No caso do IPEAL temos procurado pelo menos agrupar certas entidades locais existentes, para que se evite a duplicidade de trabalho.

Existe na Bahia o Instituto Biológico que trata da patologia animal. Com a transformação da lei delegada nº 9 transformando os institutos agrônômicos em institutos de pesquisas e experimentação agropecuária, fomos obrigados a atuar no campo da patologia animal, da patologia em si.

Se existe um órgão que cuida da patologia, da doença não seria justo que o IPEAL envolvesse nesse setor. Como agir? Fizemos um convênio. Os recursos que são dados ao IPEAL são empregados conjuntamente na pesquisa e patologia.

O que o Instituto Biológico faz continuará fazendo e o que não faz passará gradativamente para o Instituto de Pesquisa e assim não haverá duplicidade.

Esse convênio está assinado e inclusive está hoje no Fundo para aprovação e funcionamento a partir de já. No que tange a fumo existe o Instituto Balano de Fumo que é órgão que devia fazer a extensão e pesquisa e que levou uma fase completamente parado sem funcionar sem recursos humanos e financeiros para seu funcionamento.

Em 1964 entramos em entendimento e o Instituto Balano de Fumo faria a extensão e a pesquisa ficaria conosco, que é muito mais cara.

Na fase inicial, o primeiro ponto seria uma variedade Brasil Bahia melhorada e, então, forneceríamos ao Instituto de Fumo três toneladas de sementes para extensão e pesquisa e para que ele desenvolvesse e à medida que isso fosse feito seriam distribuídas as sementes aos agricultores, que seriam orientados.

Nosso objetivo é evitar duplicidade, reunir esforços e melhor orientar a equipe técnica.

No campo de cana-de-açúcar, foi entregue ao IPEAL, estamos realizando um trabalho em colaboração com o Estado, que há vinte dias assinou convênio com o Instituto, entregando a estação experimental de Santo Antônio da Bahia, que passou a funcionar através do IPEAL. O Estado economiza dinheiro em pesquisa, deixando-a com o governo federal, pois precisa atuar mais na extensão com o resultado dessa mesma pesquisa.

No caso particular da Bahia, a idéia é essa. Particularizando-a ainda a Sergipe, o caminho que estamos tomando é rigorosamente o mesmo com relação ao côco. A Estação Experimental de Aracaju, o chamado côco de Aracaju, tem ficado praticamente com a produção de mudas. A parte de pesquisa, de experimentação não é feita, o que era de sua função. Entregamos ao Fomento e à Delegacia Regional de Agricultura todas as instalações para a promoção, para a produção de mudas. Passamos a atuar diretamente naquilo que nos compete — pesquisa de experimentação.

Então, a Estação Experimental faz a pesquisa de experimentação: o Fomento, a promoção; e a própria ANCAR de Sergipe já colheu os resultados das pesquisas e os transmitiu aos agricultores de sua área de atuação.

Agora, por um entendimento junto ao Município de Pacatuba, pretendemos instalar, na margem direita do São Francisco, em terreno de aluvião um pouco mais rico da faixa de Sergipe, pretendemos instalar um campo de produção de sementes híbridas de côco, porque, na realidade, não é possível continuar a plantar aquele material comum em campo onde a planta aparentemente produzisse mais.

Paralelamente à produção de sementes híbridas, já como resultado de pesquisa de adubação, através de análise folhear, pode-se orientar o agricultor de côco de Sergipe sobre a forma de adubação adequada no mesmo processo e sobre o combate a determinadas pragas.

Quero crer com o desbaste e com o tratamento melhor em relação às pragas do coqueiro, e com adubação adequada, os coqueiros de Sergipe possam pelo menos crescer em 60% em relação ao que produzem no momento.

É evidente que isso depende do próprio agricultor querer realizar. É claro. E o mais importante, a cobertura financeira para que ele possa realizar, porque não se pode admitir que a pesquisa e a extensão funcionem isoladamente. É preciso que a extensão e a pesquisa funcionem ao lado do crédito. Então, é importantíssimo. E o Banco do Brasil, pelo menos agora, ultimamente, vem atuando de forma mais ampla, mais profunda nessa parte.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Dr. Archimar Bittencourt Baleeiro, queríamos que V. S. nos desse uma informação sobre o campo de sementes de coqueiros de Quicanã.

O DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Sobre a Estação de Quicanã vou ser muito franco.

Infelizmente, perdemos um técnico, o Sr. Roberto Rezende, que foi chefiar a Comissão do Acordo de Classificação. E como quem o substituiu está cansado e doente, não podemos desenvolver o trabalho na escala desejada.

A Quicanã está localizada numa área única de cana-de-açúcar. Mas, como a faixa de cana-de-açúcar está se transformando em zona de pecuária, em face da sua proximidade com Aracaju e de ser considerada como bacia leiteira, a tendência é, justamente, para um trabalho inte-

ressantíssimo que envolve a formação de gado leiteiro partindo-se do cruzamento do gado holandês vermelho com o branco.

Estamos numa época cujos trabalhos, já testados, oferecem, bom rendimento de leite, boa adaptação do gado às condições dos trópicos etc.

Além destes aspectos, em si, pretendemos, constando já da programação para este ano, tratar de pastagens, com a introdução de graminhas e leguminosas naquela faixa. Esta a programação.

Já que se falou em pastagens e gado, quero dizer que nosso trabalho mais importante, em matéria de pecuária, diz respeito à seleção, que tem sido feita e que foi até comentário de jornais. Essa seleção está sendo feita no Sul do País, com o gado guzerate-leiteiro, partindo do material já existente; e já estamos com setenta e sete fêmeas sob controle, para a idéia de 305 dias de lactação com duas ordenhas. Poder-se-ia, então, atingir ótimos resultados que corresponderiam ao dobro do obtido com o zebu. Além do mais, os resultados permitiriam a formação de híbridos leiteiros com raças europeias conhecidas, com características leiteiras, formando híbridos partindo-se de um zebu também leiteiro. Esse, realmente, um trabalho com aspectos práticos, econômicos e de valor.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Ainda em Sergipe, há um Serviço que suponha seja subordinado ao seu Instituto, e que fica localizado no município Nossa Senhora da Glória, onde foi feita a aquisição de uma área de terreno para a Estação Experimental, — se não me engano, — de cereais. Poderia S. S. informar algo a respeito?

O DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Perfeitamente, nobre Senador. É a Estação Experimental que nos tem dado maiores dores de cabeça, como se costuma dizer, justamente por falta do elemento humano que, até agora não nos foi possível obter. Já contratamos um técnico e, infelizmente, ele gosta mais de Aracaju que de Nossa Senhora da Glória.

Agora estamos com um novo técnico, que foi contratado a partir de julho, esperando que ele resida realmente em Nossa Senhora da Glória.

Como V. Exa. sabe, Nossa Senhora da Glória é uma estação inacabada, sem condições de funcionamento, de vez que já encontramos aquilo lá. A idéia pelo menos de técnica começa no campo e depois vai chegando às instalações. De modo que é um verdadeiro Instituto de pesquisas num campo completamente abandonado.

O ponto básico é encontrar o homem. Aproveito a oportunidade para dizer o seguinte: estamos numa faixa difícil. Temos a concorrência da SUDENE, da PETROBRAS e da CEPAC, que pagam mais do que o Ministério da Aeronáutica. O próprio Estado da Bahia paga mais do que o Ministério da Aeronáutica. A aquisição de técnicos é difícil. Eles preferem optar por um ordenado maior em outro setor.

Há também o seguinte fato: um homem para a pesquisa é um homem que tem de ter queda para a pesquisa. O IPEAL tem quarenta agrônomos. Os demais Institutos têm sessenta; tem alguns Instituto com mais de cem técnicos. Entretanto, só interessam sessenta agrônomos que sejam pesquisadores, porque, entre sessenta agrônomos pesquisadores e cem técnicos ocupando emprego, é preferível até não se gastar esse dinheiro, a fim de não sermos alvo de crítica.

Tenho a impressão de que Nossa Senhora da Glória poderá trabalhar muito bem, naquela faixa, e atender à pesquisa no que tange ao algodão, à introdução da mamona, aos diversos cereais, especialmente ao feijão.

Há, agora, a esperança de conseguirmos agrônomos para Sergipe. Foi con-

sultado pelo Instituto de Pesquisas de São Paulo sobre a possibilidade do preparo de dois técnicos, possivelmente nos Estados Unidos, para depois trabalharem na área leste. Conseguimos dois agrônomos de Sergipe, agrônomos, aliás, com o compromisso de trabalharem, depois da especialização, naquele Estado. Esperamos que cumpram a promessa.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Faça o contrato antes, porque, do contrário, não voltarão para Sergipe.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — A tônica de todos os chefes de serviço que têm aqui comparecido é frisar o mau pagamento do Governo aos servidores dos órgãos governamentais, que, assim, se vão esvaziando, sobretudo ante a concorrência da SUDENE, autarquias e outros setores, que remuneram melhor.

O SR. DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Perfeitamente. Há outro aspecto também: essas autarquias e esses órgãos permitem o preparo melhor do pessoal.

Eles têm, inclusive, condições de facilitar o avanço de conhecimentos desses técnicos, através de cursos, no País ou no Exterior. Temos tido dificuldade de trabalho. Talvez V. Exa. saiba do caso de Sergipe. A ida do Dr. Edmilson para a África foi uma luta, a

fim de que ele pudesse concretizar essa viagem, o que, finalmente, aconteceu, e para sorte nossa, pois ele, hoje, está muito mais capacitado para realizar o trabalho, com maior soma de conhecimentos.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Ah, foi muito proveitoso.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — Sr. Presidente, eu sugeriria entrássemos novamente no temário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Perfeitamente.

Ninguém mais desejando manifestar-se sobre isso, recomencemos a pauta. Já estamos com 1 hora e 45 minutos; vamos ver se resumimos, para terminar.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — Sobre fumo: a Bahia é um Estado que tem as melhores condições para produzir fumo. Eu gostaria que o Diretor do Instituto nos desse alguma informação a respeito.

O SR. DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Com relação a isso, se me permitem, faço uma apreciação rápida de como veio o assunto, até hoje: (Lê)

"A produção de agave, a partir do ano calendário de 1960, teve o seguinte desenvolvimento nas regiões nordeste e leste do País, em toneladas:

Ano	Paraíba (*)	Bahia	Total
1960	89.260	39.614	128.874
1961	87.692	55.900	143.592
1962	99.715	49.037	148.813
1963	120.000	43.000	163.000
1964	121.000	44.000	165.000

(*) inclusive Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Havia estimativas com perspectivas de acréscimo otimista sobre a safra de 1963. Entretanto, o período chuvoso, que se prolongou demasiadamente, interferiu na produção da safra referente a 1964, de forma negativa, tornando-a somente um pouco superior à anterior.

Observou-se, durante o exercício passado, um pronunciado decréscimo na cotação da fibra do sisal, ao variar fundamentalmente a relação entre a oferta e a procura mundial desta amarelilácea, reflexo de uma análoga situação no mercado de produtos terminados.

Deve continuar sendo um motivo de reflexão, tanto no Brasil como nos outros países produtores, a necessidade de orientar o desenvolvimento desta cultura em função das possibilidades de absorção do mercado, evitando os males da superprodução.

A nova estrutura de preços teve ao menos a virtude de evitar, no momento, o perigo de substituição por fibras sintéticas, que ameaçava converter-se em realidade, ante os excepcionais níveis registrados durante o ano de 1963. No entanto, esta ameaça continua presente nos laboratórios experimentais de diversas firmas industriais importantes, através das possibilidades que oferece o mercado de "Twines" para a agricultura, pelo enorme volume envolvido.

Mencionamos aqui, a necessidade de concretizar uma verdadeira e apreciável melhora na qualidade do grosso de nossa produção de agave, grandemente prejudicada, ainda, por métodos primitivos e práticos pouco racionais, a fim de que esta cultura possa ser colocada, pela sua rentabilidade, em condições de enfrentar a concorrência dos sintéticos.

Há um ponto que seria conveniente mencionar aqui: é a necessidade urgente de se melhorar a qualidade de fibra, para que se possa concorrer, também, com as fibras sintéticas. E

melhorar a qualidade, com preço mais baixo.

Lá, há poucos dias, estatística que menciona, no ano passado de 1964, a produção de 365.000 toneladas de sintéticos, dos chamados *twines*, pela Inglaterra, cujo valor vai a milhões de libras esterlinas. Ora, os próprios americanos, difamamente, vêm desenvolvendo suas técnicas através de subsidiárias na produção de sintéticos para cordas e cordões sobretudo. Já agora, notícias recentes, dizem que os japoneses, no mesmo passo, estão se preocupando com a produção de sintético para a substituição do sisal. A situação é, a meu ver, muito séria.

Os preços caem e também os Sis. sabem que o sisal é o sustentáculo de algumas áreas do Nordeste. Suas perspectivas futuras são sombrias, salvo se houver um trabalho imediato, no sentido de aumentar a produtividade por unidade de área por um preço mais baixo que possa competir com estes sintéticos já imediatos o para que possa o País competir com os outros produtores que além da qualidade melhor da fibra eles, pelo seu aumento de produção já podem vender por preço mais baixo.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — (Relator) — Em matéria de sisal, Sr. Presidente, pouco entendo e depois ouvimos agora os esclarecimentos do docente de que, enfim, chegamos à conclusão de que os sintéticos ameaçam competir com a fibra natural de nosso sisal. Esperamos que possa aumentar a produtividade por área para poder então produzir mais economicamente e competir com os sintéticos. É preciso encontrar aplicação nos setores em que o sintético não possa satisfazer.

O DR. ARCHIMAR BALEEIRO — Se me permite, Sr. Presidente, queria apenas, como complementação, trazer aqui de pequenos detalhes para que fosse sentida melhor a situação do sisal entre nós. Há nas áreas de maior produção no Nordeste da Paraíba, no

nordeste comum, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, isoladamente, a tendência para se atingir 200.000 toneladas no próximo ano, isso como um acréscimo. Esse acréscimo é esperado nos demais países produtores. Há, na realidade, uma estocagem. Nessa altura há a competição do sisal e há muita especulação. Infelizmente não tenho detalhes dessa especulação, mas há uma grande especulação provocando essa oscilação de variação de preços, com prejuízo, sobretudo para o produtor. Há um trabalho recente em que mostra que o agricultor não pode, na realidade, vender sisal a menos de Cr\$ 173 o quilo, face ao custo da produção atual. Há uma série de aspectos, talvez interessantes mencionar aqui, no que tange à qualidade da fibra. Infelizmente a fibra jogada no mercado é uma fibra de menor padronização.

Está se comprando o sisal abaixo de sessenta centímetros quando deve ser de setenta e um a noventa e de noventa e um a cento e dez, deve ser bem lavado; o rendimento de campo, além de ser baixo, tem seu preparo mal feito, etc.

Por outro lado, na faixa da Bahia, na área do sisal, não existe equipamento moderno, de grande rendimento, como acontece na Paraíba, com máquinas novas, porém, de alto custo, mas que permite um acréscimo de quinze cruzeiros por quilo face a melhor qualidade do produto, enfim, são aspectos importantes que devem ser cuidados com carinho.

Outro que reputo da maior importância, é a questão do zoneamento, da faixa do sisal. O Banco do Brasil, até bem pouco tempo, vinha fazendo financiamento indiscriminadamente, inclusive para áreas inadequadas, quando o financiamento só deve ser concedido, deve ser limitado às áreas previamente demarcadas. É a única fórmula de se evitar o alastramento do sisal em áreas inadequadas.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. SIGEFREDO PACHECO — (Presidente) — É o caso da mamona?

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — A Bahia é o maior produtor de mamona no País. (Lê.)

A safra de mamona de 1964, estimada inicialmente em 245.000 toneladas, ultrapassou todas as expectativas, atingindo a cifra recorde de 390.000 toneladas, sendo que só o Estado da Bahia contribuiu com 190.000 toneladas.

Esta excepcional produção deve-se não somente às condições climáticas sumamente favoráveis para este produto, tanto no nordeste como nos Estados de São Paulo e Paraná, mas sem dúvida, à contribuição de fomento agrícola, quer oficial ou particular. Em consequência, houve o compreensível desejo por parte dos industriais de elaborar a maior quantidade possível de bagas de mamona. A maior produção de óleo, e a necessidade de exportá-lo provocou um acentuado declínio nas cotações internacionais do óleo de mamona.

Se de um lado esta queda de preços teve efeitos sobre os preços da matéria-prima, a lavra teve suas compensações pela maior produtividade. Por outro lado, e devido justamente a preços mais acessíveis, nota-se acentuado aumento no consumo mundial de óleo de mamona e tudo leva a crer que, em pouco tempo, a situação se normalizará, com amplos benefícios para o Brasil, que poderá continuar na liderança deste produto, já que os efeitos

desta baixa de preços se farão sentir em várias áreas do globo, onde numerosas tentativas foram feitas para implantar a cultura da mamona, mesmo artificialmente, como está ocorrendo nos Estados Unidos, cujos agricultores recebem grandes estímulos governamentais.

Há, na realidade, uma fome de óleos no mundo, sobretudo de mamona. O fato é conhecido.

As indústrias montadas para o esmagamento de bagas produzem, no momento, 30.000 toneladas. O preço de mais grava em torno de Cr\$ 80 o quilo, passando a Cr\$ 140, o que representa, inevitavelmente, um alto negócio. Plantar mamona, hoje, é muito melhor do que plantar sisal.

Está sendo feito um trabalho por uma organização privada, uma associação — Associação para o Fomento das Lavouras Oleaginosas, no Estado da Bahia — e essa empresa, esse organismo já promove a melhoria do material a ser plantado, visando aumentar o rendimento de 1 t por ha para 1.500 kg por ha, somente com o uso de sementes melhoradas.

No passado, a pesquisa deu uma grande contribuição. Esse trabalho só está sendo possível graças aquilo que foi feito pelo IPEAL no campo da experimentação. Hoje, todas as seleções, não só do IPEAL como as demais, inclusive da SANBRA, estão sendo testadas nas diversas áreas, novas técnicas estão sendo usadas e de pronto — introdução de novas técnicas — esse material tem uma qualidade extra, que é a sua indeiscência, isto é, os frutos não se soltam, ficam no cacho, facilitando a colheita e evitando perdas.

A tendência no futuro próximo é elevar o rendimento por unidade de área, pelo menos nessa faixa, pelo menos na região-mestra.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Essa lavoura de mamona é em pequena propriedade ou em área de grande extensão?

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Na Bahia varia muito. As plantações geralmente são tipo médio, são plantações em torno de 10 ha. Agora, existem pequenas plantações e grandes plantações.

Há plantadores até de 100, 200 ha.

A média gira em torno de 10 a 20 hectares. O tipo da mamona da Bahia é diferente da mamona do Paraná que é de ciclo curto, anão, anual ao passo que a do Nordeste é de porte médio, ciclo mais longo, permitindo duas a três colheitas.

O SR. SENADOR JOSÉ LENTE — Como é feito o transporte da produção das zonas afastadas para o local da sua industrialização?

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Na Bahia, as usinas da mamona têm seus centros em Jacóina, Miguel Calmon. Existem armazéns centrais de compra, onde a mamona sofre o seu primeiro beneficiamento e daí é transportada para Salvador, no Recôncavo, onde estão as usinas de esmagamento. O transporte é feito por trem ou caminhão.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — A compra é feita através de Cooperativas ou há compradores de empresas privadas?

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Toda a compra é feita por empresas industriais que montam seus armazéns e dispõe de intermediários nas áreas de produção. Não existem cooperativas ou organizações agrícolas que permitam melhor controlar o lucro do produtor. Na realidade, a mamona está presa, está dire-

tamente vinculada à empresas interessadas.

Essa variedade de corte médio cultivada no Nordeste é em número muito grande. Num recente estudo feito por um técnico da Bahia, em variedades cultivadas no Nordeste chegou a encontrar cento e tantos tipos variados de acordo com o formato da semente, a coloração, o teor em óleo, grossura da casca, etc.

Esse trabalho de seleção visa uma uniformidade de coloração, uma uniformidade de casca e também um rendimento maior.

Quatro variedades estão sendo aconselhadas: as sete canadas, a CIPEAL 2 e a CIPEAL 3. São mamoneiras de porte médio, de coloração uniforme. Essa variação permite modificação na acidez e traz problemas à indústria, como em relação à coloração do óleo. Uma uniformidade de coloração do óleo. Essa também constitui uma preocupação.

Para o Piauí, por exemplo, citaria as sete canadas, a CIPEAL 2 e a CIPEAL 3, como as mais interessantes que se associam às nossas condições da faixa onde se cultiva.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — A produção é durante todo o ano?

O SR. DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Na Bahia a mamoneira é explorada em três até quatro portes. A produção é semipermanente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — O nobre Senador Atílio Fontana gostaria de ouvir algo sobre o fumo.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Poderíamos considerar três categorias de fumo, o amarelo para cigarro, o bucha para charuto e o fumo em rolo.

Não tenho condições para discutir ou prestar esclarecimentos com relação ao fumo amarelo.

No que tange ao charuto, estamos, hoje em posição privilegiada com a saída de Cuba do mercado americano. Então, a Bahia tem mais um consumidor. No momento isso permite que o fumo comum, o fumo para bucha de charuto, o tipo Brasil-Bahia seja vendido na base de Cr\$ 15.000 a arroba, quer dizer Cr\$ 1.000 o quilo. É preço realmente excepcional para uma lavoura que sempre foi considerada tão pobre, lavoura que não dá lucro, lavoura apenas que mantém o agricultor e sua família, mas sempre em estado de pobreza.

Portanto, a situação melhora. Hoje há possibilidade de se ampliar a cultura, a lavoura.

V. Exas. sabem que Alagoas, a zona de Arapiraca, produz fumo exclusivamente para rolo, para corda. Hoje vende talvez mais de 50% do fumo produzido na forma de folha para exportação de enchimento de charuto.

No campo do fumo-capeiro estamos em posição muito especial, porque o País saiu de importador para exportador em pouco tempo, graças a uma empresa — no caso a Agrocomercial Fumageira S. A., subsidiária da Suedick — que, em 1958, tentou produzir o fumo-capeiro, para capa de charuto, para se evitar a importação de Sumatra, dos Estados Unidos, dos tipos Florida e do próprio Sumatra, que representa uma soma muito grande em dinheiro, e praticamente necessitava a companhia de 100% para o capeamento do charuto, do fumo importado. Tentou produzir aqui, entre nós, até em condições artificiais, inclusive com abertura do tipo Johnson, a exemplo do que se faz nos Estados

Unidos. A tentativa foi séria e se conseguiu êxito, depois de dez anos de luta, de trabalho, e a Bahia produz hoje, o fumo capeiro, necessário à indústria de charutos — e já se exporta o excedente — e que é, muitas vezes, permutado por outras qualidades de fumo de que determinada indústria necessita.

Nossa posição, em relação ao capeiro, é muito boa, pois, já se o produz em grande escala.

Entretanto, a zona fumageira do Recôncavo Baiano ou Arapiraca não se sustentam, apenas, com a produção de fumo. A grande vantagem das lavouras, nessa área é que sofrem processo de retenção de culturas. Por exemplo, após o plantio do amendoim, este é substituído pelo fumo e quando se retira o fumo, naquela mesma área, planta-se a mandioca.

A tradição de rotação, atualmente, vem demonstrando ser uma técnica muito avançada. É muito vantajosa a substituição de lavouras numa mesma área.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — A Bahia já produz fumo para cachimbo, em boa quantidade?

O SENHOR ARTHIMAR BITTENCOURT — O fumo para cachimbo é uma mistura de fumos. Existe uma fábrica em Petrópolis, chamada Indocôndor S. A., que usa, na fabricação do seu artigo o fumo da Arapiraca, — tipo Brasil-Bahia amarelo.

É evidente que certos detalhes, como o relacionado com o aroma à cor, etc., são produtos que dão acúle aroma especial do fumo para cachimbo. Os entendidos do assunto, aliás, já mencionam que no momento a qualidade do nosso produto se aproxima muito mais dos fumos importados, de alta qualidade, os americanos ou ingleses, e grande parte, mesmo, do fumo amarelo para cigarros.

Há, ainda, um aspecto em relação ao fumo, referente à variedade e às quantidades ecológicas diferentes, em pode haver variedade com relação à folha, à textura e à elasticidade, e, ainda, com relação ao próprio sabor. O fumo capeiro, em particular, tem detalhes interessantes com relação à sua exigência, não só por parte do consumidor como da indústria porque, na realidade, o que interessa ao produtor é produzir um volume que lhe permita auferir maiores lucros, numa quantidade maior que proporcione rendimentos mais avançados, enquanto que ao consumidor interessa tenha as qualidades que ele aprecia, como por exemplo a preferência pela caixa que queima branca.

O fumo de Arapiraca, por exemplo, queima completamente branco, enquanto que o fumo do sertão baiano queima preto. Em Cruz das Almas, por exemplo, se se adicionar ao solo determinados elementos ele passa a queimar uma cinza mais escura.

São esses pormenores, essas particularidades da lavoura. Essa talvez seja uma das lavouras mais complexas — porque tem esse processo com detalhes até do consumidor, com desejos e exigências mesmo.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Estive na Alemanha e lá procurei o fumo brasileiro, por curiosidade, numa casa especializada. Chegando lá falei ao senhor que me referiu: "O Senhor não tem um charuto igual a este." "Ele disse-me: "Na realidade não temos. Sabemos que o charuto brasileiro é excelente, mas o Mercado Comum Europeu nos obriga a consumir um de qualidade inferior. Então, não temos possibilidade de adquirir o charuto brasileiro." Então eu disse: "Mas vou lhe dar um charuto brasileiro. O senhor verá que é um

grande charuto. Depois o senhor poderá ver se não há possibilidade de furar o Mercado Comum Europeu. Só existe um charuto que supera o do brasileiro: é o de Cuba". De modo que a falta do nosso charuto na Europa é grande.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Hoje esta sendo exportado para os Estados Unidos.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Soube da compra de cigarro da Bahia a mil cruzeiros cada um. Achei o preço bastante elevado. É verdade que vem embalado em uma capa de matéria plástica.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Qualquer "ouro da Cuba" hoje, custa quinhentos cruzeiros sem o lucro de que se reveste o nosso.

O SR. DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Também o fumo está custando mil cruzeiros o quilo, para enchimento. Se se considerar a capa, cujo preço gira em torno de vinte e oito mil cruzeiros o quilo, concluiremos que toda a matéria prima para a confecção do charuto é de preço elevado. Além disso, é uma indústria quase que manual, depende de mão de obra, de pessoal, demanda acondicionamento, caixas, anéis, etc.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Tenho aqui em mão uma carteira de cigarro e verifico o seguinte: custa seiscentos cruzeiros, mas só de imposto de consumo temos trezentos e cinquenta e um cruzeiros. Logo, restam duzentos e quarenta e nove cruzeiros para todas as outras despesas.

O SR. DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Afinal, o fumo é um vício, é justo que pague taxa alta.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Estive em Londres, há dois anos, e o Governo usava todos os meios ao seu alcance para extinguir ou diminuir ao máximo o consumo do cigarro.

Porque achavam que o cigarro era causador de câncer. A campanha da Saúde Pública, contra o cigarro, era intensíssima, no momento, em que estávamos em Londres.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Hoje, está proibido até o reclame.

O SR. DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Hoje, os maços de cigarro têm escrito que aquilo faz mal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Em certa região dos Estados Unidos, os habitantes não têm câncer no pulmão. Em 2.000, apenas houve dois casos, nos últimos anos. Ali não se fuma!

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — É mesmo um pesadelo o fumo, em relação ao câncer.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Se fôssemos atrás disso, morreríamos de fome! Prefiro fumar o meu cigarrinho, deixando que o câncer venha depois...

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Eu gostaria, ainda, que V. S.^a nos desse algum esclarecimento sobre pecuária, sobretudo no que diz respeito ao tipo de gado melhor para corte e para leite, na zona Leste, de que V. S.^a é diretor.

O SR. DR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Eu diria, com relação a carne, que teremos de continuar com o zebu, e, no caso, as três raças: Nelore, Gir e Guzerá.

Com relação ao tipo do Brasil — raça. É um gado da Bahia que está trazendo bons resultados. É muito precoce.

Há um aspecto que seria conveniente mencionar: há uma proibição de importação. Vejo isto, por um lado, como interessante e, por outro lado, como algo de falho. É que a Índia ainda possui um material excepcional um material de cabeceira que deveríamos introduzir, no Brasil, imediatamente. Não comprar qualquer coisa para efeito comercial, mas comprar oficialmente a cabeceira, o melhor, isto é, oficialmente, pelo governo, para ter esse material em casa antes que outros países o façam. E isto já está acontecendo.

Para a carne, no Nordeste, temos que trabalhar com seriedade. Em algumas áreas, é possível que se consiga um tipo híbrido industrial, no caso usando raças europeias, pesadas e precoces. Seria o xarolês, formando o tipo canxin que, no Nordeste, seria possível a algumas áreas.

Então, o ponto fundamental para o desenvolvimento da pecuária no Nordeste diz mais respeito a parte da alimentação. Como os Senhores sabem melhor do que eu funcionamos sujeitos a períodos de estíngem onde o animal sofre. O boi vai ao mercado, ao açougue, aos quatro anos. Isto não é interessante. Perde-se tempo e dinheiro. É preciso que se trabalhe no sentido de que o boi vá ao mercado com o peso adequado, aos dois anos. Isto dependerá da alimentação, do manejo em suma. Então, teríamos que trabalhar com relação a pastagens artificiais adequadas a cada área de condições ecológicas. Enfim, todo um campo de pesquisa, de experimentação, visando alterar ou melhorar a maneira atual de exploração dos pastos, aperfeiçoando-o. Teríamos que usar métodos e processos mais avançados no que tange à mineralização do gado, para se eliminar as deficiências. Em algumas áreas, teríamos que cuidar de doenças, vacinação nas épocas certas, evitando-se a incidência da aftosa, o carbúnculo sintomático. Este cuidado por parte do agricultor na manutenção dos seus gados é importantíssimo. Vejo o Nordeste com uma situação difícil, muito simpática, mas próxima àquela das áreas frias, onde existe um período frio em que não se tem o alimento, este é guardado. Temos as áreas de período seco, temos de preparar forragens para os períodos de chuva, através de silos trinchinhas, através de técnicas já conhecidas, que se possam multiplicar. Há uma série de pesquisas previstas que vejo sem interesse e sem valor. O que acontece é que já existem experiências em algumas áreas e que podemos adaptá-las às nossas condições, de modo imediato e de maior rapidez. Essa impressão tenho com relação ao gado de corte.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Tive uma informação, não muito exata talvez, de que há um tipo de gado na Bahia que está sendo muito procurado, de um gado para corte, com dois anos.

O SR. ARCHIMAR BALEEIRO — Talvez seja o Santa Gertrudes?

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Não sei se se trata dessa

raça. É um gado da Bahia que está trazendo bons resultados. É muito precoce.

O DR. ARCHIMAR BALEEIRO — Tem o Santa Gertrudes no sul da Bahia, que é um gado americano, formado com o gado europeu e o gado zebu. Estão introduzindo também o xarolês, para cruzamento com o zebu. Não é da linha do xarolês puro. É servido como reprodutor em vacas zebras, sobretudo o nelore, para obter o tipo canxin isso permite maior precocidade e maior ganho de peso.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É fácil a obtenção do reprodutor xarolês?

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Não Bahia, creio que não, porque estão começando agora, mas é possível que sim no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde existem grandes criadores.

O xarolês, porém, não é gado leiteiro, mas de corte, é mais um animal pesado.

No que tange à pecuária leiteira, vejo o seguinte: não temos, realmente, no mundo, uma raça leiteira para os trópicos. Há, no entanto, trabalho intenso na América Central, em Trindade e Costa Rica e ainda em algumas áreas da África, no sentido de se conseguir uma raça leiteira tropical. No Brasil há trabalho avançado produzido com o gir, no caso produzindo mais leite, com teor de gordura mais elevado. No nordeste, na zona de Alagoas, há criação de gado holandês, preto e branco, alimentado com palma e carôço de algodão. O rendimento de leite é muito alto, mas há uma série de problemas, porque na realidade, a longevidade do gado holandês, no Nordeste, é reduzida. A distância entre os partos é maior.

Teríamos de partir, no caso, para uma raça zebu leiteiro ou a formação de híbridos leiteiros, partindo do zebu com raças europeias. No caso, uma solução na base de testes de progênie. Esse trabalho, está sendo feito na Estação Experimental de Quicamã e Cruz das Almas, com o guzerá, visando a esse tipo leiteiro.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Com referência a pastagem, tem V. S.^a algo a nos dizer?

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Temos de separar o Nordeste em três faixas: a faixa úmida, costeira, que atinge talvez 60 quilômetros no máximo; a faixa de transição e a faixa seca, a faixa que compreende a caatinga.

Na faixa costeira, temos a vegetação tipo gramínea. Há uma tendência de substituir as gramíneas e outras cultivadas por uma espécie de melhor comportamento, as pangola, braquiária, etc., adicionadas com sais minerais, concentrados, etc.

Na faixa seca, nós temos que partir para espécies suculentas, no caso palma, carôço de algodão para alimentação, e algumas espécies arbóreas.

Há uma celeuma muito grande, discussão muito grande em relação à algaroba. A algaroba entrou em fase de moda, com incentivo em larga escala de plantio.

Agora, existem diferentes espécies de algaroba, de maior rendimento, menor rendimento. Há uma espécie em que o fruto é que alimenta, e o rendimento por unidade-área é baixo.

Teria automaticamente que haver a complementação com outros elementos, porque se não a quantidade de gado por área seria ridícula, irrisória, se comparado com a palma. Com uma forrageira que permita a complementação é interessante, e até como espécie de florestamento das áreas do nordeste — florestamento para sombreamento de pastos, em escala reduzida e com um pouco de cuidado.

Na realidade, os solos do nordeste o caatingas são solos rasos. Nos solos rasos, a algaroba tem menor rendimento, e rendimento baixo. É preciso que se escolham solos mais profundos.

Estamos plantando, no Nordeste, em solos raso e profundo. No solo raso se verifica uma espécie de fracasso. Na seca a algaroba não cresce pois está exigindo um solo profundo devido ao seu tipo de enraizamento.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Na seca a algaroba plantada no fim de três anos cai quase toda.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Devido ao solo raso. Há uma espécie de planta que acredito de grande futuro para o Nordeste. O Sorgo substituto do milho. Esta planta vem sendo trabalhada em larga escala nos Estados Unidos, nos Texas. É uma solução para o Nordeste. É uma espécie híbrida, de ciclo curto e plantado no período das chuvas. O Instituto de Pesquisas de São Paulo, em Convênio conosco está executando uma espécie de trabalho pretendendo estender a faixa de plantio. Há informações interessantes sobre o rendimento de variedades que se ajustam em diversas faixas.

O Instituto de Pesquisa está fazendo um convênio conosco, uma série de trabalhos em Sergipe, até à faixa de Nossa Senhora da Glória. Tenho informações interessantes sobre o rendimento e a variedade que se obtém e que se adapta a diversas faixas ecológicas. Num futuro próximo será uma esperança para a pecuária.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Já existe em Sergipe?

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Pretendemos introduzir agora a partir de 1966. Na Bahia já existe há dois anos. Tenho informações sobre o comportamento de uma série de espécies em quatro municípios da faixa seca.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Estou satisfeito com as informações prestadas por V. Exa., que serão muito úteis aos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Esta comissão manifesta agradecimentos por ter ouvido V. Exa. Seu trabalho foi perfeito, numa linguagem acessível e clara, não só em relação ao temário, mas às indagações feitas posteriormente. V. Exa. demonstrou conhecimento do assunto.

Reafirma mais uma vez a cultura e a inteligência baianas.

Estamos todos satisfeitos. Foi uma valiosa contribuição que tivemos.

O SR. ARCHIMAR BITTENCOURT BALEEIRO — Agradeço esta oportunidade de ajudar, dentro do possível com as informações a esta Comissão, e confesso que pela informação inicial não tinha uma idéia do que os Srs. Senadores pretendiam, tanto que não preparei por escrito, algo sobre a matéria, ficando à vontade para responder perguntas.

Mas me coloco, no caso do IPEAL, a disposição dos Srs. para quaisquer informações. Foi uma honra muito grande estar em contato com os Senhores Senadores. Meu muito obrigado e peço desculpas se não respondi a contento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Comunico aos nobres colegas que as 15 horas teremos reunião da Comissão. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 50 minutos).